

**COSAN S.A.**

*Companhia Aberta*

CNPJ/ME nº 50.746.577/0001-15

NIRE 35.300.177.045 / Código CVM nº 19836

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE JANEIRO DE 2021**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 22 de janeiro de 2021, às 14h, de forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e do artigo 4º, § 2º, inciso I da Instrução CVM nº 481/2009, por meio da plataforma eletrônica da Chorus Call, sendo considerada como realizada na sede social da Cosan S.A. (“Companhia”), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4100, 16º andar, sala 01, Bairro Itaim Bibi, Brasil, CEP: 04.538-132.
- 2. CONVOCAÇÃO:** O edital de convocação foi publicado, na forma do artigo 124 da Lei das S.A., no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 5, 6 e 7 de janeiro de 2021, e na Folha de São Paulo, nas edições dos dias 5, 6 e 7 de janeiro de 2021.
- 3. PRESENÇA:** Presentes acionistas titulares de 311.959.650 (trezentos e onze milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando 81,57% do capital social total e com direito a voto da Companhia, desconsideradas as ações em tesouraria, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia.
- 4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Maria Rita de Carvalho Drummond, e secretariados pela Sra. Ana Clara Machado Corrêa.
- 5. PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO:** Todos os documentos pertinentes a assuntos integrantes da ordem do dia, devidamente indicados e definidos abaixo, incluindo a proposta da administração para a assembleia geral, foram divulgados nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”) e da Companhia, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da presente data, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM aplicável.

**6. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre:

(i) a inclusão no Estatuto Social da Companhia de (a) novo artigo 7 e seus respectivos parágrafos, de forma a prever a obrigação de comunicação à Companhia pelo acionista que ultrapassar os patamares de participação estabelecidos no artigo; (b) reforma parcial do artigo 11, para incluir critério para definição do presidente da Assembleia Geral no caso de ausência do Vice-Presidente e impedimento do Presidente do Conselho de Administração; (c) reforma parcial do artigo 13, de forma a excluir determinadas matérias da competência da assembleia geral; (d) reforma parcial do artigo 15, para excluir trecho excedente; (e) reforma parcial do caput artigo 17, para estabelecer critério que deve ser adotado em hipótese em que não houver acordo sobre o substituto do Presidente do Conselho de Administração em caso de ausência ou impedimento temporário; (f) reforma parcial do parágrafo único do artigo 17, para esclarecer que a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente deve ser simultânea; (g) reforma parcial do artigo 19, parágrafo único, para ajustar as formas de transmissão da ata de reunião do Conselho de Administração; (h) reforma parcial do artigo 21, de forma a excluir determinadas competências do Conselho de Administração no tocante às controladas da Companhia, bem como substituir redação do inciso “xxiv”, adaptando-o para atender requisitos do novo artigo 37; (i) reforma parcial do artigo 22, para elidir trecho que foi excluído das normas legais, bem como estabelecer número limite de Diretores Executivos, esclarecendo que tal cargo não possui uma designação específica; (j) reforma parcial do artigo 28, para esclarecer que o Comitê de Auditoria observa também as regulamentações aplicáveis da B3; (k) reforma parcial do artigo 33, para deixar o trecho em conformidade com a denominação utilizada no texto legal da Lei das S.A.; (l) reforma parcial do título do capítulo anteriormente intitulado “Capítulo VIII – Alienação de Controle”, inclusão de uma seção intitulada “Seção I – Alienação do Controle Acionário” e exclusão do parágrafo único do artigo 36 e dos artigos subsequentes anteriormente dispostos no referido capítulo, de forma a elidir dispositivos que não sejam exigidos pelo Regulamento do Novo Mercado; (m) exclusão dos capítulos intitulados “Capítulo IX – Cancelamento de Registro de Companhia Aberta” e “Capítulo X – Saída do Novo Mercado e Reorganização Societária”, para excluir do Estatuto Social dispositivos que não sejam mais exigidos Regulamento do Novo Mercado; (n) inclusão do artigo 37 regulando a (a.1) aquisição, de forma direta ou indireta, de participação relevante na Companhia, que represente 10% ou mais do seu capital social, até 31 de janeiro de 2028, e 15% ou mais do seu capital social a partir de 1 de fevereiro de 2028, tanto por meio de uma única operação como por meio de diversas operações (“Participação Relevante”), bem como (a.2) oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações de titularidade dos demais acionistas da Companhia, que o adquirente de referida Participação Relevante deverá realizar (“OPA por Atingimento de Participação Relevante”); (o) inclusão de um novo capítulo intitulado “Capítulo XIV – Disposições Transitórias”, sob o artigo 41, que dispõe sobre as regras aplicáveis à constituição, designação e ao funcionamento do Comitê Especial

Independente de que trata o Parecer de Orientação da CVM nº 35, de 1º de setembro de 2008 (“Comitê Independente” e “Parecer CVM 35/08”, respectivamente), que teve a atribuição de, no âmbito da proposta de reorganização societária para simplificação da estrutura do grupo econômico da Companhia (“Operação Pretendida”), rever e negociar a relação de troca das ações de emissão (1) da controladora da Companhia, **Cosan Limited**, sociedade limitada constituída e validamente existente conforme as leis das Ilhas Bermudas, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.887.330/0001-52, com sede em Crawford House 50, Cedar Avenue, Hamilton HM 11, Ilhas Bermudas (“CZZ”), por ações de emissão da Companhia, no contexto da proposta de incorporação da CZZ pela Companhia; e (2) de **Cosan Logística S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.346.997/0001-39, NIRE 35.300.447.581, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.100, 16º andar, sala 02, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo (“Cosan Log”), por ações de emissão da Companhia no contexto da proposta de incorporação da Cosan Log pela Companhia, estando ratificados os atos praticados pelo Comitê Especial Independente; e **(p)** outras alterações necessárias de forma a adequar à nova numeração dos artigos do Estatuto Social, bem como ajustes de termos definidos e concordância, além da atualização da denominação de alguns órgãos reguladores e autorreguladores.

**(ii)** a fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia;

**(iii)** a ocupação dos cargos de membros independentes do Conselho de Administração;

**(iv)** a eleição dos membros do Conselho de Administração;

**(v)** caso os acionistas de CZZ aprovem a incorporação de CZZ pela Companhia (“Incorporação CZZ”), a aprovação dos seguintes atos relativos à Incorporação CZZ, condicionada à posterior aprovação do item subsequente da ordem do dia: **(a)** aprovar o “Protocolo e Justificação de Incorporação da Cosan Limited pela Cosan S.A.”, celebrado em 17 de dezembro de 2020 pelas administrações da Companhia e da CZZ (“Protocolo e Justificação de Incorporação CZZ”); **(b)** aprovar o “*Deed of Merger*”, o qual estabelece os termos e condições da Incorporação CZZ em cumprimento da *Section 104B of the Bermudas Companies Act of 1981* (“Companies Act”); **(c)** ratificar a contratação da Apsis Consultoria Empresarial Ltda., para a elaboração do (c.1) laudo de avaliação do patrimônio líquido, a valor contábil, da CZZ (“Laudo de Avaliação Contábil da CZZ”); e (c.2) laudo de avaliação do patrimônio líquido a preços de mercado da CZZ (“Laudo de Avaliação a Preço de Mercado CZZ” e, em conjunto com o Laudo de Avaliação Contábil da CZZ, “Laudos de Avaliação CZZ”); **(d)** aprovar os Laudos de Avaliação CZZ; **(e)** aprovar a Incorporação CZZ; e **(f)** aprovar a emissão de novas ações de emissão da Companhia em decorrência da Incorporação CZZ, com base na relação de troca negociada, com a consequente alteração

do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (g) autorizar os diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários à consumação da Incorporação CZZ, bem como ratificar todos os atos praticados até o momento com o objetivo de implementar a Incorporação CZZ;

(vi) caso a Incorporação CZZ tenha sido aprovada pelos acionistas da CZZ e da Companhia no item anterior da ordem do dia, a aprovação dos seguintes atos relativos à incorporação da Cosan Log pela Companhia (“Incorporação Cosan Log”), em ato posterior à Incorporação CZZ: (a) aprovar o “Protocolo e Justificação de Incorporação da Cosan Logística pela Cosan S.A.”, celebrado em 17 de dezembro de 2020 pelas administrações da Companhia e da Cosan Log (“Protocolo e Justificação de Incorporação Cosan Log”); (b) ratificar a contratação da Apsis Consultoria Empresarial Ltda., para a elaboração do (b.1) laudo de avaliação do patrimônio líquido, a valor contábil, da Cosan Log (“Laudo de Avaliação Contábil da Cosan Log”); e (b.2) laudo de avaliação do patrimônio líquido a preços de mercado da Cosan Log (“Laudo de Avaliação a Preço de Mercado Cosan Log” e, em conjunto com o Laudo de Avaliação Contábil da Cosan Log, “Laudos de Avaliação Cosan Log”); (c) aprovar os Laudos de Avaliação Cosan Log; (d) aprovar a Incorporação Cosan Log; (e) aprovar o aumento do capital social em decorrência da Incorporação Cosan Log a ser subscrito e integralizado pelos administradores da Cosan Log em benefício de seus acionistas, com a consequente alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (f) autorizar os diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários à consumação da Incorporação Cosan Log, bem como ratificar todos os atos praticados até o momento com o objetivo de implementar a Incorporação Cosan Log; e

(vii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

**7. ESCLARECIMENTOS:** As propostas de deliberação descritas nos itens (i) a (vii) da Ordem do Dia indicadas acima são negócios jurídicos interdependentes, sendo premissa que cada uma das deliberações sobre esses itens não tenha eficácia individualmente, sem que as demais também tenham. Dessa forma, caso esta Assembleia rejeite qualquer das matérias constantes em qualquer de tais itens ou não sejam obtidas as aprovações societárias dos acionistas de CZZ e Cosan Log, as matérias eventualmente aprovadas nesta Assembleia com relação a esses itens não produzirão efeitos.

**8. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue:

Previamente à deliberação do item “i” da pauta, a Companhia esclarece que determinados acionistas minoritários da Companhia entraram em contato com a Companhia por meio de sua área de Relações com

Investidores após a divulgação da proposta da administração para solicitar esclarecimentos com relação à redação proposta para o artigo 7º do Estatuto Social da Companhia. A Presidente da assembleia apreciou o recebimento dos questionamentos e sugeriu os aprimoramentos considerados pertinentes para esclarecer a proposta de alteração do artigo 7º. Dessa forma, a Presidente da assembleia solicitou que a seguinte proposta fosse apreciada separadamente, em deliberação específica:

*“Artigo 7º - Todo acionista, Grupo de Acionistas ou titular de certificados de depósito de ações (ADSs) é obrigado a informar, mediante comunicação à Companhia, caso sua participação direta e/ou indireta, em ações, certificados de depósito de ações (ADSs), direitos sobre as ações, Outros Direitos de Natureza Societária e demais valores mobiliários emitidos pela Companhia ultrapasse os patamares de 2,5% (dois vírgula cinco por cento), 5% (cinco por cento), 7,5% (sete vírgula cinco por cento), 10% (dez por cento) e assim sucessivamente.*

*Parágrafo 1º - A Companhia enviará às bolsas de valores em que forem negociados os valores mobiliários de sua emissão e à CVM, nos termos da legislação aplicável, a informação acima, a partir do atingimento de participação equivalente a 5% (cinco por cento) e as participações subsequentes que vierem a ultrapassar múltiplos de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) dos valores mobiliários mencionados no caput e no parágrafo segundo abaixo.*

*Parágrafo 2º - Igual dever terão os titulares de debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e opção de compra de ações que assegurem a seus titulares a aquisição de ações nos percentuais previstos neste Artigo 7º.*

*Parágrafo 3º - A infração ao disposto neste Artigo sujeitará o(s) infrator(es) à penalidade de suspensão de direitos de acionista, na forma do disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações.”*

**(i.a)** Aprovar, por maioria, conforme mapa de votos constante do **Anexo I** a esta ata, a nova redação do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

**(i)** Aprovar por maioria de votos, conforme mapa de votos constante do **Anexo I** a esta ata, as alterações no Estatuto Social da Companhia, com exceção do item (a), para refletir a:

(b) reforma parcial do artigo 11, para incluir critério de substituição do Vice-Presidente do Conselho de Administração no caso de ausência do Vice-Presidente e impedimento do Presidente do Conselho de Administração, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Artigo 11 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração (ou por quem este indicar), o qual deverá indicar o secretário da Assembleia Geral. No caso de impedimento do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral deverá ser instalada e presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. Na ausência do Vice-Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral deverá ser instalada e presidida pelo conselheiro que possuir a maior quantidade de mandatos consecutivos, ou na falta desse, por qualquer outro conselheiro ou diretor que vier a ser indicado pela maioria dos votos dos acionistas presentes à Assembleia Geral ou representados por procuração, cabendo ao presidente da Assembleia Geral indicar o secretário.”*

(c) reforma parcial do artigo 13, de forma a excluir determinadas matérias da competência da assembleia geral para simplificar a estrutura de tomada de decisões em controladas da Companhia, bem como excluir matérias que não sejam mais obrigatórias pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, passando o artigo a vigorar com a seguinte redação:

*“Artigo 13 - Sem prejuízo das demais matérias previstas na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social, é da competência da Assembleia Geral: (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e, se instalado, do Conselho Fiscal; (ii) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (iii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (iv) deliberar sobre a solicitação de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de autofalência pela Companhia; (v) deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia; (vi) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (vii) modificar o objeto social e/ou quaisquer alterações deste Estatuto Social; e (viii) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM.”*

(d) reforma parcial do artigo 15, para excluir trecho excedente, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Artigo 15 - A fixação da remuneração dos administradores é de competência da Assembleia Geral. Cabe ao Conselho de Administração a alocação da remuneração entre os conselheiros e os diretores.”*

(e) reforma parcial do caput do artigo 17, para estabelecer critério que deve ser adotado em hipótese em que não houver acordo sobre o substituto do Presidente do Conselho de Administração em caso de ausência ou impedimento temporário, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Artigo 17 - No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente, suas funções deverão ser exercidas pelo Vice-Presidente. Na ausência ou impedimento temporário do Vice-Presidente, suas funções deverão ser exercidas pelo conselheiro efetivo indicado pelos demais conselheiros para assumir tais funções. No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer outro conselheiro, suas funções deverão ser exercidas por outro conselheiro a quem tenha outorgado poderes para tanto, ou, não tendo havido tal outorga, pelo conselheiro efetivo indicado pelos demais conselheiros para assumir tais funções. Em qualquer hipótese em que não houver acordo, o conselheiro que possuir maior quantidade de mandatos consecutivos assumirá a função de Presidente.”*

(f) reforma parcial do parágrafo único do artigo 17, para esclarecer que a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente deve ser simultânea, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Parágrafo Único - No caso de vacância de qualquer cargo de conselheiro, o Presidente, ou quem o estiver substituindo, nomeará o substituto, que servirá até a realização da Assembleia Geral, na qual um novo membro deverá ser eleito e cujo mandato deverá vigorar até o fim do mandato unificado dos demais conselheiros. No caso de vacância simultânea dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente, será convocada, pelos conselheiros remanescentes, assembleia geral para eleição de seus substitutos. Para os fins deste Artigo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 03 (três) reuniões consecutivas.”*

(g) reforma parcial do artigo 19, parágrafo único, para ajustar as formas de transmissão da ata de reunião do Conselho de Administração, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Parágrafo Único - Excepcionalmente, os conselheiros poderão participar das reuniões por conferência telefônica ou vídeo conferência, desde que tal possibilidade tenha sido indicada no*

*anúncio da respectiva convocação. Neste caso, a ata deverá ser transmitida por correio eletrônico ou na plataforma de comunicação do Conselho de Administração ao conselheiro que assim participar.”*

**(h)** reforma parcial do artigo 21, de forma a excluir determinadas competências do Conselho de Administração no tocante às controladas da Companhia, bem como ajustar finalidade da lista tríplice de instituições ou empresas especializadas de primeira linha para fins de preparação do laudo de valor econômico, considerando a inclusão do novo artigo 37. O artigo 21 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Artigo 21 - Compete ao Conselho de Administração: (i) eleger e destituir os diretores e fixar suas atribuições, incluindo o Diretor de Relações com Investidores; (ii) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de qualquer de suas Controladas; (iii) aprovar os planos de trabalho e orçamentos anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Companhia e de suas Controladas, incluindo aquisições, bem como acompanhar a sua execução; (iv) fiscalizar a gestão dos diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia e de suas Controladas, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (v) convocar a Assembleia Geral, nos termos dos Artigos 8º e 10º acima, sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos deste Estatuto Social; (vi) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício; (vii) deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado; (viii) autorizar a aquisição pela Companhia de ações de emissão da Companhia (a) para manutenção em tesouraria, cancelamento e/ou posterior alienação; ou (b) por doação; (ix) autorizar as operações de resgate, reembolso ou amortização de ações de emissão da Companhia previstas em lei; (x) autorizar a compra de ações de emissão da Companhia, quando, resolvida a redução do capital mediante restituição, em dinheiro, de parte do valor das ações, o preço destas em bolsa for inferior ou igual à importância que deve ser restituída; (xi) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis ou não em ações (observado o disposto no Artigo 6º, Parágrafo 1º deste Estatuto Social em relação à emissão de debêntures conversíveis em ações), e de notas promissórias para distribuição pública nos termos da legislação aplicável; (xii) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia; (xiii) autorizar a captação de empréstimos ou financiamentos em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), exceto operações de refinanciamento, prorrogação ou alteração de operações de captação de empréstimos ou financiamentos anteriormente*



*contratadas pela Companhia, cuja competência será da própria Diretoria; (xiv) autorizar a alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia ou de qualquer de suas Controladas, em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); (xv) autorizar a prestação de garantias reais ou pessoais de qualquer natureza pela Companhia a obrigações de terceiros, de qualquer valor, ficando dispensada a prévia aprovação quando (a) tratar-se de prestação de fiança em contrato de locação para moradia de funcionário ou diretor; e (b) quando o terceiro for empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, hipóteses estas em relação às quais não incide a vedação do Artigo 26 deste Estatuto Social; (xvi) autorizar a realização de atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); (xvii) fixar as condições gerais e autorizar a celebração de contratos pela Companhia em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); (xviii) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresentar para sua deliberação ou a serem submetidos à Assembleia Geral; (xix) deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia e de qualquer de suas Controladas; (xx) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia e suas Controladas que não estejam na esfera de competência privativa da Assembleia Geral; (xxi) deliberar sobre qualquer negócio acima R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) entre, de um lado a Companhia (ou qualquer de suas Controladas) e, de outro lado, quaisquer de seus acionistas controladores, diretos ou indiretos; (xxii) propor, para deliberação da Assembleia Geral, a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício; (xxiii) declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital próprio nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da legislação aplicável, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária; (xxiv) escolher a instituição ou empresa especializada de primeira linha para preparação do laudo de valor econômico de que trata o artigo 37, Parágrafo 4º, item (i), deste Estatuto Social; (xxv) aprovar a contratação de instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais; (xxvi) estabelecer remuneração variável aos administradores; (xxvii) determinar a contratação ou a designação de executivos para compor ou auxiliar a administração da Companhia; (xxviii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua emissão; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c)*

*alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; (xxix) manifestar-se previamente sobre a forma de exercício do direito de voto da Companhia em assembleias gerais de sociedades em que a Companhia possua participação societária e/ou em Controladas; (xxx) nomear, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir membros do Comitê de Auditoria observadas as disposições da regulamentação em vigor; (xxxi) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, bem como fixar o orçamento anual ou por projeto destinados a cobrir as despesas para o funcionamento do Comitê de Auditoria, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos; (xxxii) examinar e aprovar o regimento interno, bem como as regras operacionais, em gênero, para funcionamento do Comitê de Auditoria; (xxxiii) reunir-se, sempre que julgarem necessário com o Comitê de Auditoria; (xxxiv) examinar e avaliar os relatórios anuais do Comitê de Auditoria; (xxxv) aprovar e revisar o código de conduta, aplicável a todos os empregados e administradores da Companhia e as políticas da Companhia, incluindo a (a) Política de Transações com Partes Relacionadas; (b) Política de Gerenciamento de Riscos; (c) Política de Negociação de Valores Mobiliários e de Divulgação de Informações; (d) Política de Indicação de membros do Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento e da Diretoria Estatutária; e (e) Política de Remuneração.”*

- (i) reforma parcial do artigo 22, para eliminar trecho que foi excluído das normas legais, bem como estabelecer número limite de Diretores Executivos, esclarecendo que tal cargo não possui uma designação específica, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Artigo 22 - A Diretoria será composta por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 08 (oito) membros, residentes no Brasil, sendo 01 (um) Diretor Presidente; 01 (um) Diretor Vice-Presidente Jurídico; 01 (um) Diretor Vice-Presidente Financeiro; 01 (um) Diretor de Relações com Investidores; e até 04 (quatro) Diretores Executivos sem designação específica, podendo qualquer diretor cumular mais de um cargo.”*

- (j) reforma parcial do artigo 28, para incluir menção às regulamentações da B3 que, em conjunto com as da CVM já indicadas, são aplicáveis para regular o exercício das funções do Comitê de Auditoria. Referido artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Artigo 28 – O Comitê de Auditoria exerce suas funções em conformidade com as disposições deste Estatuto Social, de seu regimento interno, e com as regulamentações da CVM e B3 aplicáveis, e suas deliberações são meramente opinativas, não vinculando àquelas do Conselho de Administração.”*

(k) reforma parcial do artigo 33, para que a redação fique em conformidade com a denominação utilizada no art. 202 da Lei das S.A.:

*“Artigo 33 - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão alocados para a reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (ii) a parcela correspondente à constituição da reserva para contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório; e (iv) a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva Especial”, que terá por fim reforçar o capital de giro e financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas Controladas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia.”*

(l) reforma parcial do título do capítulo anteriormente intitulado “Capítulo VIII – Alienação de Controle”, inclusão de uma seção intitulada “Seção I – Alienação do Controle Acionário” e exclusão do parágrafo único do artigo 36 e dos artigos subsequentes anteriormente dispostos no referido capítulo, de forma a eliminar dispositivos que não sejam exigidos pelo Regulamento do Novo Mercado, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“CAPÍTULO VIII - OPERAÇÕES COM AÇÕES DE EMISSÃO DA COMPANHIA**

***Seção I – Alienação do Controle Acionário***

**Artigo 36** - *A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.*”

(m) exclusão dos capítulos intitulados “Capítulo IX – Cancelamento de Registo de Companhia Aberta” e “Capítulo X – Saída do Novo Mercado e Reorganização Societária”, para retirar do Estatuto Social dispositivos que não sejam mais exigidos pelo Regulamento do Novo Mercado;

(n) inclusão do artigo 37 regulando a (a.1) aquisição, de forma direta ou indireta, de participação relevante na Companhia, que represente 10% ou mais do seu capital social, até 31 de janeiro de 2028, e 15% ou mais do seu capital social a partir de 1 de fevereiro de 2028, tanto por meio de uma única operação como por meio de diversas operações (“Participação Relevante”), bem como (a.2) oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações de titularidade dos demais acionistas da Companhia, que o adquirente de referida Participação Relevante deverá realizar (“OPA por Atingimento de Participação Relevante”), que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Seção II – Oferta Pública em caso de Aquisição de Participação Relevante**

**Artigo 37** - *Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que atingir, de forma direta ou indireta, a titularidade de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária, igual ou superior a 10% (dez por cento), até 31 de janeiro de 2028, e 15% (quinze por cento) a partir de 1 de fevereiro de 2028, do capital social (“Participação Relevante”), excluídas para os fins deste cômputo as ações em tesouraria,, tanto por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações, inclusive através de incorporação ou incorporação de ações da Companhia (“Novo Acionista Relevante”), deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis em ações de titularidade dos demais acionistas da Companhia, nos termos deste artigo (“OPA por Atingimento de Participação Relevante”).*

**Parágrafo 1º** - *Para fins de verificação do atingimento, de forma indireta, de Participação Relevante, deverá ser computada a titularidade de todas as ações com direito a voto ou Outros Direitos de Natureza Societária detidos por todo e qualquer acionista controlador ou Grupo de*

*Acionistas controlador, direta ou indiretamente, até o beneficiário final pessoa natural do Novo Acionista Relevante.*

**Parágrafo 2º** - *A OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 4º deste artigo e liquidada à vista, em moeda corrente nacional; e (iv) instruída com o laudo de avaliação da Companhia, elaborado de acordo com os critérios elencados nas regras da CVM específicas sobre ofertas públicas de aquisição de ações, observando-se os critérios estabelecidos no Parágrafo 4º deste artigo para fixação do preço mínimo da oferta.*

**Parágrafo 3º** - *Sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas na regulamentação aplicável, imediatamente após adquirir ou tornar-se titular de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) ou 15% (quinze por cento) do capital social, conforme o caso na época, de forma direta ou indireta, o Novo Acionista Relevante deverá encaminhar uma comunicação ao Diretor de Relações com Investidores contendo: (a) as informações previstas no artigo 12 da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e nos itens “i” até “m” do inciso I do Anexo II à Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002; (b) informação sobre quaisquer Outros Direitos de Natureza Societária que possua; (c) a informação sobre a obrigação de efetivar a OPA por Atingimento de Participação Relevante; (d) a informação do maior preço pago pelo Novo Acionista Relevante nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederem o atingimento da Participação Relevante, ajustado por eventos societários ocorridos após a data da transação, tais como grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, acompanhada de demonstração justificada desse preço; e (e) a informação do preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante que o Novo Acionista Relevante se propõe a pagar, observado o Parágrafo 4º deste artigo (“Preço OPA”).*

**Parágrafo 4º** - *O Preço OPA não poderá ser inferior ao resultado obtido de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:*

*Preço OPA = Valor da Ação + Prêmio, onde:*

“PREÇO OPA” corresponde ao preço de aquisição de cada ação de emissão da Companhia na OPA por Atingimento de Participação Relevante.

“VALOR DA AÇÃO” corresponde ao maior valor entre:

- (i) o valor econômico por ação apurado em laudo de avaliação, (“Laudos de Valor Econômico”), elaborado por instituição financeira a ser determinada pelo Conselho de Administração da Companhia, com base nas 10 (dez) primeiras instituições de ranking de fusões e aquisições no Brasil por valor das operações no ano anterior, com base em publicação especializada reconhecida no mercado. Os custos de elaboração do Laudo de Valor Econômico deverão ser suportados integralmente pelo Novo Acionista Relevante. O Laudo de Valor Econômico deverá levar em conta o valor econômico das controladas, investidas e demais participações societárias detidas pela Companhia;
- (ii) cotação unitária mais alta atingida pelas ações de emissão da Companhia durante o período de 24 (vinte e quatro) meses anterior à realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante dentre os valores registrados em qualquer bolsa de valores na qual as referidas ações forem negociadas; e
- (iii) o preço mais alto pago pelo Novo Acionista Relevante, durante o período de 24 (vinte e quatro) meses anteriores à realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante, por uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia.

“PRÊMIO” corresponde a 50% (cinquenta por cento) do Valor da Ação.

**Parágrafo 5º** - Para os fins do disposto no § 4º acima, no caso de ações representadas por certificados de depósito (inclusive de ações inseridas em programas de Depositary Receipts), a cotação unitária da ação será determinada pela divisão: (i) da cotação do referido certificado de depósito, no mercado em que seja negociado pelo (ii) número de ações representadas pelo certificado.

**Parágrafo 6º** - Os cálculos referidos no parágrafo anterior deverão ser efetuados com 5 (cinco) casas decimais, devendo o preço final da ação ser expresso com 2 (duas) casas decimais, observando-se a seguinte regra de arredondamento: (i) será feito da última casa decimal para a anterior; (ii) havendo um número de casas decimais maior do que 5 (cinco), o arredondamento será feito da 5ª (quinta) casa decimal para a anterior; (iii) será excluído o algarismo da última casa decimal ou da 5ª (quinta) casa decimal (conforme o caso), se igual ou menor do que 5 (cinco) (inclusive o zero); e (iv) caso o algarismo da última casa decimal ou da 5ª (quinta) casa

*decimal (conforme o caso), for maior do que 5 (cinco), será aumentado em uma unidade o algarismo da casa decimal anterior.*

**Parágrafo 7º** – *Na hipótese de o Novo Acionista Relevante não cumprir as obrigações impostas por este Estatuto Social, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos para efetivar a OPA por Atingimento de Participação Relevante, o Novo Acionista Relevante que não cumpriu qualquer obrigação imposta por este artigo, terá seus direitos suspensos, nos termos do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, cessando a suspensão tão logo cumprida a obrigação.*

**Parágrafo 8º** - *Se a OPA por Atingimento de Participação Relevante não estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá publicar o edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de apresentação, pela instituição ou empresa especializada, do laudo de avaliação, o qual deverá ser preparado em 30 (trinta) dias contados a partir da data em que houver o atingimento da Participação Relevante.*

**Parágrafo 9º** - *Se a OPA por Atingimento de Participação Relevante estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá solicitar o seu registro no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de apresentação, pela instituição ou empresa especializada, do laudo de avaliação que deverá ser preparado em 30 (trinta) dias contados a partir da data em que houver o atingimento da Participação Relevante, e estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à OPA por Atingimento de Participação Relevante, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável. A publicação do edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de registro da OPA pela CVM, se for o caso.*

**Parágrafo 10º** - *A exigência da OPA por Atingimento de Participação Relevante não se aplica ao acionista ou Grupo de Acionistas que atinja a Participação Relevante:*

- I. por meio de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, desde que tenha sido pago preço no mínimo equivalente ao Preço da OPA;*
- II. por subscrição de ações realizada em oferta primária, em razão de o montante não ter sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado*

*com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública, desde que o preço de emissão calculado nos termos da legislação aplicável seja igual ou superior ao Preço da OPA;*

*III. em decorrência de reorganização societária dentro de um mesmo grupo econômico, incluindo, sem limitação, a cessão e/ou transferência de ações de emissão da Companhia entre empresas controladoras e controladas ou sociedades sob controle comum;*

*IV. em decorrência de: (i) adiantamento de legítima, doação ou sucessão hereditária, desde que para descendente ou cônjuge de acionista ou Grupo de Acionistas detentor de Participação Relevante; ou (ii) transferência para trust ou qualquer outra entidade, tendo por beneficiário, direta ou indiretamente, o próprio acionista ou Grupo de Acionistas detentor de Participação Relevante, seus descendentes ou seu cônjuge; e*

*V. em decorrência do cancelamento ou resgate de ações.*

***Parágrafo IIº*** - *A efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, desde que aprovado por 60% dos membros do Conselho de Administração da Companhia, observadas as seguintes regras:*

*I. a Assembleia Geral, se instalada na primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social votante e 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação da Companhia e, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas;*

*II. a dispensa de efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante será considerada aprovada com o voto da maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes naquela Assembleia Geral, seja em primeira ou segunda convocação; e*

*III. o Novo Acionista Relevante, bem como os demais acionistas que, porventura, com ele tenham acordo para alienação de participação, não poderão votar, e suas respectivas ações não serão computadas no quórum de deliberação.*



**Parágrafo 12º** - A efetivação da OPA por Participação Relevante não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

**Parágrafo 13º** - O disposto neste artigo não se aplica (i) aos acionistas (e seus respectivos sucessores) que sejam titulares, direta ou indiretamente, em 22 de janeiro de 2021, de participação igual ou maior do que a Participação Relevante (“Acionistas Exceções”), (ii) àqueles acionistas que formarem Grupo de Acionistas com os Acionistas Exceções, enquanto estiverem formando Grupo de Acionistas, bem como (iii) a acionistas detentores de participação igual ou maior do que a Participação Relevante por meio de acordos de acionistas, desde que tais acordos estejam arquivados na sede da Companhia em 22 de janeiro de 2021.

**Parágrafo 14º** - Para fins deste Estatuto Social, os seguintes termos iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“**Grupo de Acionistas**” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; ou (iv) agindo em conjunto; ou (v) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (vi) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social da outra pessoa; e (vii) 2 (duas) ou mais pessoas que tenham um investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital de cada uma das 2 (duas) ou mais pessoas em questão. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, trusts, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que 2 (duas) ou mais entre tais entidades: (viii) forem administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (ix) tenham em comum a maioria de seus administradores, gestores ou comitês de investimento (que orientem as decisões tomadas pelos gestores e/ou administradores), sendo certo que no caso de fundos de investimentos com administrador, gestores ou comitês de investimento (que orientem as decisões tomadas pelos gestores e/ou administradores) em comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão

*sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador (que oriente as decisões tomadas pelos gestores e/ou administradores), em caráter discricionário;*

*“**Outros Direitos de Natureza Societária**” significa (i) usufruto sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) quaisquer opções ou direitos de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; (iii) quaisquer derivativos referenciados em ações de emissão da Companhia que prevejam a possibilidade de liquidação não exclusivamente financeira; ou (iv) quaisquer outros direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia. Observa-se que (a) as ações diretamente detidas e aquelas referenciadas por instrumentos financeiros derivativos de liquidação física serão consideradas em conjunto para fins da verificação do percentual referido no caput deste artigo e (b) a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos que confirmam exposição econômica às ações não pode ser compensada com a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos que produzam efeitos econômicos inversos.”*

**(o)** inclusão de um novo capítulo intitulado “Capítulo XIV – Disposições Transitórias”, sob o artigo 41, para dispor sobre as regras aplicáveis à constituição, designação e ao funcionamento do Comitê Independente, com a seguinte redação:

*“**Artigo 41** – Para atender ao disposto no Parecer de Orientação CVM nº 35, de 1º de setembro de 2008, a Companhia contará, em caráter provisório, com um Comitê Especial Independente constituído, única e exclusivamente, para analisar as condições da operação societária que consiste na incorporação de Cosan Logística S.A. e da sua controladora Cosan Limited pela Companhia, no âmbito da proposta de reorganização societária para simplificação da estrutura do grupo econômico da Companhia, e submeter suas recomendações ao Conselho de Administração da Companhia, observadas as orientações previstas no referido Parecer de Orientação.*

***Parágrafo 1º** - O Comitê Especial Independente possuirá os seguintes poderes e atribuições: (a) analisar os laudos, relatórios e/ou pareceres, conforme aplicável, de avaliação e todo o material a ser preparado para a implementação da proposta de reorganização societária para simplificação da estrutura do grupo econômico da Companhia; (b) negociar a relação de troca de Cosan Logística S.A. e da sua controladora Cosan Limited pela Companhia, bem como os*

*demais termos e condições da proposta de reorganização societária para simplificação da estrutura do grupo econômico da Companhia; e (c) submeter sua recomendação ao Conselho de Administração da Companhia, a fim de cumprir o Parecer de Orientação CVM nº 35, de 1º de setembro de 2008, de modo a contribuir para a defesa dos interesses da Companhia e zelar para que a operação pretendida observe condições comutativas para seus acionistas.*

**Parágrafo 2º** - *O Comitê Especial Independente será formado por 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, todos independentes e não administradores da Companhia, os quais deverão ter notória experiência e capacidade técnica e estarão sujeitos aos mesmos deveres e responsabilidades legais dos administradores, nos termos do artigo 160 da Lei das Sociedades por Ações.*

**Parágrafo 3º** - *Será presumida a independência dos membros do Comitê Especial Independente aqueles atendam à definição de “conselheiro independente” prevista no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3.*

**Parágrafo 4º** - *O Comitê Especial Independente não terá funções executivas ou caráter deliberativo e seus pareceres, propostas ou recomendações serão encaminhadas ao Conselho de Administração para deliberação.*

**Parágrafo 5º** - *Caberá ao Conselho de Administração fixar a remuneração dos membros integrantes do Comitê Especial Independente.”*

Tendo em vista a natureza transitória do referido dispositivo, este só terá eficácia durante o prazo necessário para a consumação das Incorporações, sujeitas à aprovação nos itens (vi) e (vii) da ordem do dia, não sendo necessária a realização de posterior deliberação para a sua remoção.

(p) outras alterações necessárias de forma a adequar à nova numeração dos artigos do Estatuto Social, bem como ajustes de termos definidos e concordância, além da atualização da denominação de alguns órgãos reguladores e autorreguladores;

(ii) Aprovar por unanimidade, conforme mapa de votos constante do **Anexo I** a esta ata, a fixação do número de 9 (nove) membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a assembleia geral ordinária que examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiros do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

- (iii) Aprovar por maioria de votos conforme mapa de votos constante do **Anexo I** a esta ata, o enquadramento dos Srs. Dan Ioschpe, Vasco Augusto Pinto da Fonseca Dias Júnior, José Alexandre Scheinkman e Ana Paula Pessoa como candidatos a membros independentes.
- (iv) Eleger os seguintes membros para compor o Conselho de Administração, com mandato até a assembleia geral ordinária que examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022:
- (a) por maioria de votos, conforme mapa de votos constante do **Anexo I** a esta ata, **Rubens Ometto Silveira Mello**, brasileiro, casado, engenheiro, titular e portador da cédula de identidade RG/SSP/SP 4.170.972-X e inscrito no CPF/ME sob o nº 412.321.788-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.100, 16º andar, para ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração;
- (b) por maioria de votos, conforme mapa de votos constante do **Anexo I** a esta ata, **Marcelo Eduardo Martins**, brasileiro, casado, administrador, titular e portador da cédula de identidade RG nº 15.465.270 e inscrito no CPF/ME sob o nº 084.530.118-77, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.100, 16º andar, para ocupar o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- (c) por maioria de votos, conforme mapa de votos constante do **Anexo I** a esta ata, **Burkhard Otto Cordes**, brasileiro, casado, administrador, titular e portador da cédula de identidade RG/SSP/SP 13.255.194-9 e inscrito no CPF/ME sob o nº 286.074.808-39, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.100, 16º andar, para ocupar o cargo de Membro do Conselho de Administração;
- (d) por maioria de votos, conforme mapa de votos constante do **Anexo I** a esta ata, **Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães**, brasileiro, casado, estatístico, titular e portador da cédula de identidade RG nº 06.734.085-1 emitida pelo Instituto Felix Pacheco/RJ, inscrito no CPF/ME sob nº 902.946.707-00, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.100, 16º andar, para ocupar o cargo de Membro do Conselho de Administração;

- (e) por maioria de votos, conforme mapa de votos constante do **Anexo I** a esta ata, **Pedro Isamu Mizutani**, brasileiro, casado, engenheiro, titular e portador da cédula de identidade RG/SSP/SP nº 11.350.830, inscrito no CPF/ME sob nº 023.236.298-08, residente e domiciliado na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, na Rua Frei Estevam, 330, Bloco 02, apartamento 92, Centro, CEP 13400-615, para ocupar o cargo de Membro do Conselho de Administração;
- (f) por maioria de votos, conforme mapa de votos constante do **Anexo I** a esta ata, **Dan Ioschpe**, brasileiro, casado, administrador, titular e portador da cédula de identidade RG/SSP/RS 3.018.532.915 e inscrito no CPF/ME sob o nº 439.240.690-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Luigi Galvani, 146, 13º andar, para ocupar o cargo de Membro do Conselho de Administração - Independente;
- (g) por maioria de votos, conforme mapa de votos constante do **Anexo I** a esta ata, **Vasco Augusto Pinto da Fonseca Dias Júnior**, brasileiro, divorciado, analista de sistemas, titular e portador da cédula de identidade RG nº 03604020 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob nº 504.484.807-78, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.100, 16º andar, para ocupar o cargo de Membro do Conselho de Administração – Independente;
- (h) por maioria de votos, conforme mapa de votos constante do **Anexo I** a esta ata, **José Alexandre Scheinkman**, brasileiro, casado, economista, titular e portador da cédula de identidade RG/SSP/RJ nº 02.987.446-7 e inscrito no CPF/ME sob nº 012.415.167-15, residente e domiciliado na Cidade de Nova Iorque, Estado de Nova Iorque, na 220 Madison Ave., apartamento 11H, para ocupar o cargo de Membro do Conselho de Administração - Independente; e
- (i) por maioria de votos, conforme mapa de votos constante do **Anexo I** a esta ata, **Ana Paula Pessoa**, brasileira, casada, economista, titular portadora de cédula de identidade RG nº 06.329.796-4 IFP/RJ e inscrita no CPF/ME sob o nº 865.873.407-25, residente e domiciliada na Cidade de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, com endereço residencial em Rua General Tasso Fragoso 33, bloco 5, apto. 401, para ocupar o cargo de Membro do Conselho de Administração – Independente.

Com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, os conselheiros ora eleitos apresentaram a declaração mencionada no artigo 147 da Lei das S.A., as quais ficarão arquivadas na sede da Companhia.

(v) Considerando a aprovação da incorporação de CZZ pela Companhia (“Incorporação CZZ”) pelos acionistas de CZZ, aprovar, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata e condicionado a posterior aprovação do item subsequente da ordem do dia, os seguintes atos relativos à Incorporação CZZ:

(a) o Protocolo e Justificação de Incorporação CZZ, anexo à presente ata na forma do Anexo II;

(b) o “*Deed of Merger*”, o qual estabelece os termos e condições da Incorporação CZZ em cumprimento à *Section 104B* do Companies Act, anexo à presente ata em sua versão original e traduzida, na forma dos Anexos V e VI, respectivamente;

(c) a ratificação da contratação da Apsis Consultoria Empresarial Ltda., com sede na Rua São José, nº 90 – grupo 1.082, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.281.922/0001-70, para a elaboração dos Laudos de Avaliação CZZ

(d) o (d.1) Laudo de Avaliação Contábil da CZZ; e (d.2) Laudo de Avaliação a Preço de Mercado CZZ;

(e) a Incorporação CZZ, que será realizada sem aumento ou redução do capital social da Companhia, mediante a absorção de acervo líquido a ser incorporado por parcela equivalente da reserva de capital da Companhia e implicará na extinção das ações de emissão da Companhia atualmente detidas por CZZ;

(f) a emissão, com base na relação de troca livremente negociada pelos comitês independentes no contexto da Operação Pretendida, nos termos do Parecer CVM 35/08, de 308.554.969 (trezentos e oito milhões, quinhentas e cinquenta e quatro mil, novecentas e sessenta e nove) ações de emissão da Companhia em decorrência da Incorporação CZZ, que ocorrerá sem a redução ou aumento do capital social da Companhia, mas mediante absorção do acervo líquido (a ser incorporado de CZZ) por parcela equivalente da reserva de capital da Companhia. As ações ordinárias ou as *American Depositary Shares* (“ADSs”) a serem atribuídas, conforme o caso, aos acionistas da CZZ, em substituição às ações ordinárias de emissão da CZZ de que são titulares. As ações ora emitidas terão os mesmos direitos atribuídos às ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente existentes, e participarão integralmente de todos os benefícios, incluindo dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de consumação da Incorporação CZZ. Em função da emissão de ações ora aprovada, o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia deverá ter a seguinte redação:

*“Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 5.727.478.058,14 (cinco bilhões, setecentos e vinte e sete milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, cinquenta e oito reais e quatorze centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 447.492.383 (quatrocentos e quarenta e sete milhões, quatrocentas e noventa duas mil, trezentas e oitenta e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.”*

Caso a Incorporação Cosan Log seja aprovada, conforme item (vii) da Ordem do Dia, o artigo 5º do Estatuto Social da Cosan ainda será alterado para refletir a Incorporação Cosan Log, de maneira que a redação acima reflete apenas a primeira etapa da Operação, mas não a sua integridade.

**(g)** a autorização para os diretores da Companhia praticarem todos os atos necessários à consumação da Incorporação CZZ, bem como ratificar todos os atos praticados até o momento com o objetivo de implementar a Incorporação CZZ;

**(vi)** Considerando a aprovação da Incorporação CZZ pelos acionistas da CZZ e da Companhia, em conformidade com o item anterior da ordem do dia, e a aprovação da incorporação de Cosan Log pela Companhia (“Incorporação Cosan Log”) pelos acionistas de Cosan Log, aprovar, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do **Anexo I** a esta ata, os seguintes atos relativos à Incorporação Cosan Log:

**(a)** o Protocolo e Justificação da Incorporação Cosan Log, anexo à presente ata na forma do **Anexo III**;

**(b)** a ratificação da contratação da Apsis Consultoria Empresarial Ltda., com sede na Rua São José, nº 90 – grupo 1.082, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.281.922/0001-70, para a elaboração dos Laudos de Avaliação Cosan Log;

**(c)** o **(c.1)** Laudo de Avaliação Contábil da Cosan Log; e **(c.2)** Laudo de Avaliação a Preço de Mercado Cosan Log;

**(d)** a Incorporação Cosan Log, observado que os efeitos desta deliberação, bem como a aprovação da Incorporação CZZ acima, estarão condicionados à não reconsideração da Incorporação Cosan Log pelos acionistas de Cosan Log, tendo em vista o valor máximo fixado para o exercício de retirada dos acionistas da Cosan Log no valor de R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais);

(e) o aumento do capital social da Companhia em decorrência da Incorporação Cosan Log, a ser subscrito e integralizado pelos administradores da Cosan Log, em benefício de seus acionistas, mediante a emissão de 31.025.350 (trinta e um milhões, vinte e cinco mil, trezentas e cinquenta) novas ações ordinárias da Companhia, no valor total de R\$638.374.501,48 (seiscentos e trinta e oito milhões, trezentos e setenta e quatro mil, quinhentos e um reais e quarenta e oito centavos), correspondente ao preço de subscrição de R\$20,58 (vinte reais e cinquenta e oito centavos) por ação. O capital social passa a ser de R\$6.365.852.559,62 (seis bilhões, trezentos e sessenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e dois centavos), dividido em 478.517.733 (quatrocentos e setenta e oito milhões, quinhentas e dezessete mil, setecentas e trinta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações ora emitidas terão os mesmos direitos atribuídos às ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente existentes, e participarão integralmente de todos os benefícios, incluindo dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de consumação da Incorporação Cosan Log. Em função do aumento de capital ora aprovado, o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia deverá ter a seguinte redação:

*“Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$6.365.852.559,62 (seis bilhões, trezentos e sessenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e dois centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 478.517.733 (quatrocentos e setenta e oito milhões, quinhentas e dezessete mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.”*

A eficácia do aumento de capital e da alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia fica condicionada à efetiva consumação da Incorporação Cosan Log.

Em decorrência da Incorporação CZZ, as ações de emissão da Cosan Log que eram de titularidade da CZZ passaram a ser detidas pela Companhia e serão canceladas.

(f) a autorização para os diretores da Companhia praticarem todos os atos necessários à consumação da Incorporação Cosan Log, bem como ratificar todos os atos praticados até o momento com o objetivo de implementar a Incorporação Cosan Log; e

(vii) Aprovar, por maioria de votos, conforme mapa de votos constante do **Anexo I** a esta ata, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que, contemplando a reforma deliberada acima, passará a vigorar com a redação constante do **Anexo IV** à presente ata.



**9. DOCUMENTOS:** Os documentos e propostas submetidos à assembleia, assim como as declarações e manifestações de voto, protesto, abstenções ou de dissidência apresentadas por escrito pelos acionistas foram numerados seguidamente, autenticados pela mesa e pelos acionistas que solicitaram e ficam arquivados na sede da Companhia.

**10. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a assembleia para que se lavrasse a presente ata, a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada pelos acionistas presentes, pela Secretária e pela Senhora Presidente, ficando autorizada a publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas. (aa) Presidente: Maria Rita de Carvalho Drummond; Secretária: Ana Clara Machado Corrêa.

**ACIONISTAS PRESENTES: (aa)**

1 COSAN LIMITED

(Acionista representada por Jefferson de Vasconcelos Molero)

2 ROBERTO DE REZENDE BARBOSA

3 RENATO EUGÊNIO REZENDE BARBOSA

4 LEANDRA THOMÉ DE SOUZA SEPULVEDA

(Acionistas na ordem de 2 à 4 representados por Leandra Thomé de Souza Sepulveda)

5 JOSE EUGÊNIO REZENDE BARBOSA

6 PEDRO REZENDE BARBOSA

(Acionistas na ordem de 5 e 6 representados por Pedro Rezende Barbosa)

7 JULIO ANDRE KOGUT

8 SERGIO FEIJÃO FILHO

9 KIRON INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES

(Acionista representado por Bruno Maragliano)

10 BRASIL CAPITAL PREVIDENCIARIO ITAU MASTER FIA

11 BRASIL CAPITAL FAMILIA PREVIDENCIA FIA

12 ROYAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES

13 BRASIL CAPITAL PREV I MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES

14 BRASIL CAPITAL 70 XP SEGUROS ADVISORY PREVIDENCIA FUNDO DE I

15 GERDAU PREV 5 FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES

16 BRASIL CAPITAL MASTER B PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES

(Acionistas na ordem de 10 à 16 representados por Ary Cera Zanetta Neto)

- 18 ABSOLUTO PARTNERS INSTITUCIONAL MASTER FIA  
(Acionista representado por Edward Wygand)
- 19 ALASKA BLACK ADVISORY XP SEGUROS FIFE PREVIDENCIA FIM
- 20 ALASKA BLACK INSTITUCIONAL FIA
- 21 ALASKA BLACK MASTER FIA - BDR NIVEL I
- 22 ALASKA PREVIDENCIA MASTER FIM
- 23 ALASKA RANGE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO
- 24 ALASKA 100 ICATU PREV FIFE FIM  
(Acionistas na ordem de 19 à 24 representados por Acácio Roboredo)
- 25 AXA OR ET MATIERE PREMIERE
- 26 KRYPTON
- 27 HSBC ETFS PLC-HSBC EMERGING MARKET SUSTAINABLE EQUITY UCITS ETF
- 28 HSBC ETFS PUBLIC LIMITED COMPANY
- 29 HSBC ETFS PUBLIC LIMITED COMPANY
- 30 HSBC ETFS PUBLIC LIMITED COMPANY
- 31 ALASKA COMMON TRUST FUND
- 32 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARKETS EQUITY ETF
- 33 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARKETS EQUITY FUND
- 34 ARROWSTREET US GROUP TRUST
- 35 ASCENSION ALPHA FUND, LLC
- 36 BRITISH COLUMBIA INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION
- 37 CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC
- 38 CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES' RETIREMENT SYSTEM
- 39 CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES' RETIREMENT SYSTEM
- 40 CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM
- 41 CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM
- 42 CANADA PENSION PLAN INVESTMENT BOARD
- 43 CHANG HWA COMMERCIAL BANK, LTD., IN ITS CAPACITY AS MASTER CUSTODIAN  
OF NOMURA BRAZIL FUND
- 44 CITY OF NEW YORK GROUP TRUST
- 45 CITY OF NEW YORK GROUP TRUST
- 46 CITY OF NEW YORK GROUP TRUST
- 47 CITY OF NEW YORK GROUP TRUST
- 48 CITY OF NEW YORK GROUP TRUST
- 49 COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND
- 50 COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND
- 51 COMMONWEALTH SUPERANNUATION CORPORATION

52 CORNERSTONE ADVISORS GLOBAL PUBLIC EQUITY FUND  
53 DESJARDINS EMERGING MARKETS MULTIFACTOR - CONTROLLED VOLATILITY ETF  
54 DIVERSIFIED MARKETS (2010) POOLED FUND TRUST  
55 EQUISUPER  
56 FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY FLEX INTERNATIONAL INDEX FUND  
57 FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY INTERNATIONAL SUSTAINABILITY  
INDEX FUND  
58 FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY SERIES GLOBAL EX U.S. INDEX FUND  
59 FIDELITY SELECT PORTFOLIOS: ENVIRONMENT AND ALTERNATIVE ENERGY  
PORTFOLIO  
60 FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE BRAZIL ETF  
61 FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE LATIN AMERICA ETF  
62 FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS  
63 GAM MULTISTOCK  
64 GOVERNMENT EMPLOYEES SUPERANNUATION BOARD  
65 IBM 401(K) PLUS PLAN  
66 INVESCO PUREBETASM FTSE EMERGING MARKETS ETF  
67 INVESCO RAFI STRATEGIC EMERGING MARKETS ETF  
68 INVESTERINGSFORENINGEN DANSKE INVEST INDEX GLOBAL AC RESTRICTED –  
ACCUMULATING KL  
69 JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. RE: RTB NIKKO BRAZIL EQUITY ACTIVE  
MOTHER FUND  
70 JOHN HANCOCK FUNDS II INTERNATIONAL STRATEGIC EQUITY ALLOCATION FUND  
71 JOHN HANCOCK FUNDS II STRATEGIC EQUITY ALLOCATION FUND  
72 JOHN HANCOCK VARIABLE INSURANCE TRUST INTERNATIONAL EQUITY INDEX  
TRUST  
73 KAISER FOUNDATION HOSPITALS  
74 KAISER PERMANENTE GROUP TRUST  
75 KAPITALFORENINGEN INVESTIN PRO, GLOBALE AKTIER INDEX  
76 KAPITALFORENINGEN LAEGERNES INVEST, KLI AKTIER EMERGING MARKETS  
INDEKS  
77 KBI FUNDS ICAV  
78 KBI GLOBAL INVESTORS (NA) LTD CIT  
79 LEGAL & GENERAL FUTURE WORLD CLIMATE CHANGE EQUITY FACTORS INDEX  
FUND  
80 LEGAL & GENERAL GLOBAL EQUITY INDEX FUND  
81 LOCAL AUTHORITIES SUPERANNUATION FUND

82 LOS ANGELES COUNTY EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION  
83 MANAGED PENSION FUNDS LIMITED  
84 MANAGED PENSION FUNDS LIMITED  
85 MANAGED PENSION FUNDS LIMITED  
86 MERCER QIF FUND PLC  
87 NATWEST TRUSTEE AND DEPOSITARY SERVICES LIMITED AS TRUSTEE OF ST.  
JAMES'S PLACE STRATEGIC MANAGED UNIT TRUST  
88 NEW ZEALAND SUPERANNUATION FUND  
89 NGS SUPER  
90 NORGES BANK  
91 NORTHERN TRUST INVESTMENT FUNDS PLC  
92 NORTHERN TRUST INVESTMENT FUNDS PLC  
93 NORTHERN TRUST INVESTMENT FUNDS PLC  
94 NORTHERN TRUST INVESTMENT FUNDS PLC  
95 NORTHERN TRUST UCITS FGR FUND  
96 NTGI - QM COMMON DAILY ALL COUNTRY WORLD EX-US INVESTABLE MARKET  
INDEX FUND - LENDING  
97 PICTET GLOBAL SELECTION FUND - GLOBAL GROWING MARKET FUND  
98 PIMCO EQUITY SERIES: PIMCO RAE EMERGING MARKETS FUND  
99 PIMCO RAE EMERGING MARKETS FUND LLC  
100 SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF  
101 SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SPARTAN EMERGING  
MARKETS INDEX POOL  
102 SPDR MSCI ACWI EX-US ETF  
103 SPDR MSCI EMERGING MARKETS FOSSIL FUEL FREE ETF  
104 SPDR MSCI EMERGING MARKETS STRATEGICFACTORS ETF  
105 SPDR S&P EMERGING MARKETS ETF  
106 SPDR S&P EMERGING MARKETS FUND  
107 SSGA MSCI ACWI EX-USA INDEX NON-LENDING DAILY TRUST  
108 SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC  
109 SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC  
110 STATE OF ALASKA RETIREMENT AND BENEFITS PLANS  
111 STATE STREET ALL-COUNTRY WORLD EX-U.S. ACTIVE NON-LENDING COMMON  
TRUST FUND  
112 STATE STREET CUSTODIAL SERVICES (JERSEY) LIMITED AS TRUSTEE OF THE  
COSMOPOLITAN INVESTMENT FUND

113 STATE STREET EMERGING MARKETS ENHANCED NON- LENDING COMMON TRUST FUND

114 STATE STREET EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND

115 STATE STREET GLOBAL ADVISORS LUXEMBOURG SICAV - STATE STREET EMERGING MARKETS SRI ENHANCED EQUITY FUND

116 STATE STREET GLOBAL ADVISORS LUXEMBOURG SICAV - STATE STREET ENHANCED EMERGING MARKETS EQUITY FUND

117 STATE STREET GLOBAL ADVISORS LUXEMBOURG SICAV - STATE STREET GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX EQUITY FUND

118 STATE STREET GLOBAL ADVISORS TRUST COMPANY INVESTMENT FUNDS FOR TAX EXEMPT RETIREMENT PLANS

119 STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-U.S. INDEX PORTFOLIO

120 STATE STREET IRELAND UNIT TRUST

121 STATE STREET MSCI ACWI EX USA IMI SCREENED NON-LENDING COMMON TRUST FUND

122 STATE STREET MSCI BRAZIL INDEX NON-LENDING COMMON TRUST FUND

123 STATE STREET RAFI FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS INDEX NON-LENDING COMMON TRUST FUND

124 STATE STREET VARIABLE INSURANCE SERIES FUNDS, INC.

125 SUNSUPER SUPERANNUATION FUND

126 SUNSUPER SUPERANNUATION FUND

127 TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS

128 TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS

129 THE BOARD OF THE PENSION PROTECTION FUND

130 THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR HSBC BRAZIL MOTHER FUND

131 THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE OF MUTB400021492

132 THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE OF MUTB400021536

133 THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE OF NIKKO BRAZIL EQUITY MOTHER FUND

134 THE NOMURA TRUST AND BANKING CO., LTD. RE: INTERNATIONAL EMERGING STOCK INDEX MSCI EMERGING NO HEDGE MOTHER FUND

135 THE SEVENTH SWEDISH NATIONAL PENSION FUND- AP 7 EQUITY FUND

136 TIAA-CREF FUNDS - TIAA-CREF EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND

137 TRUST & CUSTODY SERVICES BANK, LTD. RE: EMERGING EQUITY PASSIVE MOTHER FUND

138 TRUST AND CUSTODY SERVICES BANK, LTD AS TRUSTEE FOR HSBC BRAZIL NEW MOTHER FUND

139 VANECK VECTORS NATURAL RESOURCES ETF

140 VANECK VECTORS NATURAL RESOURCES UCITS ETF

141 VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY

142 VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC

143 VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS

144 VERDIPAPIRFONDET KLP AKSJE FREMVOKSENDE MARKEDER INDEKS I

145 WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD

146 WELLS FARGO FACTOR ENHANCED EMERGING MARKETS PORTFOLIO

147 WISDOMTREE EMERGING MARKETS EX-STATE-OWNED ENTERPRISES FUND

148 WM POOL - EQUITIES TRUST NO. 75

149 WM POOL - EQUITIES TRUST NO. 75

150 BRITISH COAL STAFF SUPERANNUATION SCHEME

151 BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR RETIREMENT FUND

152 BUREAU OF LABOR FUNDS-LABOR PENSION FUND

153 BUREAU OF LABOR FUNDS-LABOR PENSION FUND

154 BUREAU OF LABOR FUNDS-LABOR PENSION FUND

155 JNL/MELLON EMERGING MARKETS INDEX FUND

156 JPMORGAN DIVERSIFIED RETURN EMERGING MARKETS EQUITY ETF

157 JPMORGAN FUNDS

158 MAINSTAY CANDRIAM EMERGING MARKETS EQUITY FUND

159 MINeworkers' PENSION SCHEME

160 MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS GLOBAL BALANCED DEFENSIVE FUND

161 MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS GLOBAL BALANCED FUND

162 MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS GLOBAL BALANCED INCOME FUND

163 MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS MULTI-ASSET RISK CONTROL FUND

164 NEW SOUTH WALES TREASURY CORPORATION AS TRUSTEE FOR THE TCORPIM EMERGING MARKET SHARE FUND

165 PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO

166 ROBECO CAPITAL GROWTH FUNDS

167 SAS TRUSTEE CORPORATION POOLED FUND

168 SBC MASTER PENSION TRUST

169 STICHTING CUSTODY ROBECO INSTITUTIONAL RE: ROBECO INSTITUTIONEEL EMERGING MARKETS FONDS

170 STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL

171 THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045828  
172 THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045829  
173 THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045849  
174 THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB400045792  
175 THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB400045794  
176 THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB400045795  
177 VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND  
178 VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD  
STAR FUNDS  
179 AMUNDI FUNDS  
180 AMUNDI INDEX SOLUTIONS  
181 CANDRIAM EQUITIES L  
182 CANDRIAM SRI EQUITY EMERGING MARKETS  
183 GLOBAL MULTI-FACTOR EQUITY FUND  
184 PREDIQUANT A3

(Acionistas na ordem de 25 à 184 representados por Diane Flavia Maia Oliveira)

**MESA:**

*Certifico que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio.*

São Paulo, 22 de janeiro de 2021.

---

**MARIA RITA DE CARVALHO DRUMMOND**

Presidente

---

**ANA CLARA MACHADO CORRÊA**

Secretária

**ANEXO I À ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COSAN S.A., REALIZADA EM  
22 DE JANEIRO DE 2021.**

**MAPA DE VOTOS**

Em atendimento ao art. 21, §6º e ao art. 30, §4º da Instrução CVM nº480/09, a Cosan S.A. informa abaixo as aprovações, rejeições e abstenções computadas na votação.

<b>Ordem</b>	<b>Descrição da Deliberação</b>	<b>Voto</b>	<b>Ações</b>
1.a	Aprovar as alterações propostas ao artigo 7º em decorrência de esclarecimento solicitado por acionistas minoritários da Companhia, após a divulgação da proposta da administração.	ABSTER-SE REJEITAR APROVAR	0 26.805.987 285.153.663
1	Aprovar as alterações no Estatuto Social da Companhia, para refletir a <b>(a)</b> inclusão do novo artigo 7 e seus respectivos parágrafos, de forma a prever a obrigação de comunicação à Companhia pelo acionista que ultrapassar os patamares de participação estabelecidos no artigo; <b>(b)</b> reforma parcial do artigo 11, para incluir critério para definição do presidente da Assembleia Geral no caso de ausência do Vice-Presidente e impedimento do Presidente do Conselho de Administração; <b>(c)</b> reforma parcial do artigo 13, de forma a excluir determinadas matérias da competência da assembleia geral; <b>(d)</b> reforma parcial do artigo 15, para excluir trecho excedente; <b>(e)</b> reforma parcial do caput artigo 17, para estabelecer critério que deve ser adotado em hipótese em que não houver acordo sobre o substituto do Presidente do Conselho de Administração em caso de ausência ou impedimento temporário; <b>(f)</b> reforma parcial do parágrafo único do artigo 17, para esclarecer que a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente deve ser simultânea; <b>(g)</b> reforma parcial do artigo 19, parágrafo único, para ajustar as formas de transmissão da ata de reunião do Conselho de Administração; <b>(h)</b> reforma parcial do artigo 21, de forma a excluir determinadas competências do Conselho de Administração no tocante às controladas da Companhia, bem como substituir redação do inciso	ABSTER-SE REJEITAR APROVAR	1 26.805.987 285.153.662



	<p>“xxiv”, adaptando-o para atender requisitos do novo artigo 37; <b>(i)</b> reforma parcial do artigo 22, para elidir trecho que foi excluído das normas legais, bem como estabelecer número limite de Diretores Executivos, esclarecendo que tal cargo não possui uma designação específica; <b>(j)</b> reforma parcial do artigo 28, para esclarecer que o Comitê de Auditoria observa também as regulamentações aplicáveis da B3; <b>(k)</b> reforma parcial do artigo 33, para que a redação fique em conformidade com a denominação utilizada no art. 202 da Lei das S.A.; <b>(l)</b> reforma parcial do título do capítulo anteriormente intitulado “Capítulo VIII – Alienação de Controle”, inclusão de uma seção intitulada “Seção I – Alienação do Controle Acionário” e exclusão do parágrafo único do artigo 36 e dos artigos subsequentes anteriormente dispostos no referido capítulo, de forma a elidir dispositivos que não sejam exigidos pelo Regulamento do Novo Mercado; <b>(m)</b> exclusão dos capítulos intitulados “Capítulo IX – Cancelamento de Registo de Companhia Aberta” e “Capítulo X – Saída do Novo Mercado e Reorganização Societária”, para excluir do Estatuto Social dispositivos que não sejam mais exigidos Regulamento do Novo Mercado; <b>(n)</b> inclusão do artigo 37 regulando a (a.1) aquisição, de forma direta ou indireta, de participação relevante na Companhia, que represente 10% ou mais do seu capital social, até 31 de janeiro de 2028, e 15% ou mais do seu capital social a partir de 1 de fevereiro de 2028, tanto por meio de uma única operação como por meio de diversas operações (“<u>Participação Relevante</u>”), bem como (a.2) oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações de titularidade dos demais acionistas da Companhia, que o adquirente de referida Participação Relevante deverá realizar (“<u>OPA por Atingimento de Participação Relevante</u>”); <b>(o)</b> inclusão de um novo capítulo intitulado “Capítulo XIV – Disposições Transitórias”, sob o artigo 41, que dispõe sobre as regras aplicáveis à constituição, designação e ao funcionamento do Comitê Especial</p>		
--	---	--	--

	<p>Independente de que trata o Parecer de Orientação da CVM nº 35, de 1º de setembro de 2008 (“Comitê Independente” e “Parecer CVM 35/08”, respectivamente), que teve a atribuição de, no âmbito da proposta de reorganização societária para simplificação da estrutura do grupo econômico da Companhia (“Operação Pretendida”), rever e negociar a relação de troca das ações de emissão (1) da controladora da Companhia, Cosan Limited, sociedade limitada constituída e validamente existente conforme as leis das Ilhas Bermudas, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.887.330/0001-52, com sede em Crawford House 50, Cedar Avenue, Hamilton HM 11, Ilhas Bermudas (“<u>CZZ</u>”), por ações de emissão da Companhia, no contexto da proposta de incorporação da CZZ pela Companhia; e (2) de Cosan Logística S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.346.997/0001-39, NIRE 35.300.447.581, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.100, 16º andar, sala 02, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo (“<u>Cosan Log</u>”), por ações de emissão da Companhia no contexto da proposta de incorporação da Cosan Log pela Companhia, estando ratificados os atos praticados pelo Comitê Especial Independente; e (p) outras alterações necessárias de forma a adequar à nova numeração dos artigos do Estatuto Social, bem como ajustes de termos definidos e concordância, além da atualização da denominação de alguns órgãos reguladores e autorreguladores</p>		
2	Aprovar a fixação do número de 9 (nove) membros do Conselho de Administração da Companhia.	ABSTER-SE REJEITAR APROVAR	0 0 311.949.650
3	Aprovar ocupação dos cargos de membros independentes do Conselho de Administração.	ABSTER-SE REJEITAR APROVAR	0 36.868 311.922.782
4	Eleger o Sr. <b>Rubens Ometto Silveira Mello</b> como Presidente do Conselho de Administração.	ABSTER-SE REJEITAR APROVAR	66.100 15.312.567 296.580.983
4	Eleger o Sr. <b>Marcelo Eduardo Martins</b> como Vice-Presidente do Conselho de Administração.	ABSTER-SE REJEITAR	66.100 15.312.567

		APROVAR	296.580.983
4	Eleger o Sr. <b>Burkhard Otto Cordes</b> como Membro do Conselho de Administração.	ABSTER-SE REJEITAR APROVAR	66.100 15.312.567 296.580.983
4	Eleger o Sr. <b>Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães</b> como Membro do Conselho de Administração.	ABSTER-SE REJEITAR APROVAR	66.100 15.312.567 296.580.983
4	Eleger o Sr. <b>Pedro Isamu Mizutani</b> como Membro do Conselho de Administração.	ABSTER-SE REJEITAR APROVAR	66.100 15.312.567 296.580.983
4	Eleger o Sr. <b>Dan Ioschpe</b> como Membro do Conselho de Administração – Independente.	ABSTER-SE REJEITAR APROVAR	66.100 15.312.567 296.580.983
4	Eleger o Sr. <b>Vasco Augusto Pinto de Fonseca Dias Júnior</b> como Membro do Conselho de Administração – Independente.	ABSTER-SE REJEITAR APROVAR	66.100 15.312.567 296.580.983
4	Eleger o Sr. <b>José Alexandre Scheinkman</b> como Membro do Conselho de Administração – Independente.	ABSTER-SE REJEITAR APROVAR	66.100 15.312.567 296.580.983
4	Eleger a Sra. <b>Ana Paula Pessoa</b> como Membro do Conselho de Administração – Independente.	ABSTER-SE REJEITAR APROVAR	66.100 15.312.567 296.580.983
5	Aprovar os seguintes atos relativos à incorporação da CZZ pela Companhia (“ <u>Incorporação CZZ</u> ”): (a) aprovar o “Protocolo e Justificação de Incorporação da Cosan Limited pela Cosan S.A.”, celebrado em 17 de dezembro de 2020 pelas administrações da Companhia e da CZZ (“ <u>Protocolo e Justificação de Incorporação CZZ</u> ”); (b) aprovar o “ <i>Deed of Merger</i> ”, o qual estabelece os termos e condições da Incorporação CZZ em cumprimento da <i>Section 104B of the Bermudas Companies Act of 1981</i> (“ <u>Companies Act</u> ”); (c) ratificar a contratação da Apsis Consultoria Empresarial Ltda., para a elaboração do (b.1) laudo de avaliação do patrimônio líquido, a valor contábil, da CZZ (“ <u>Laudo de Avaliação Contábil da CZZ</u> ”); e (b.2) laudo de avaliação do patrimônio líquido a preços de mercado da CZZ (“ <u>Laudo de Avaliação a Preço de Mercado CZZ</u> ” e, em conjunto com o Laudo de Avaliação	ABSTER-SE REJEITAR APROVAR	0 0 311.959.650

	Contábil da CZZ, “ <u>Laudos de Avaliação CZZ</u> ”); ( <b>d</b> ) aprovar os Laudos de Avaliação CZZ; ( <b>e</b> ) aprovar a Incorporação CZZ; ( <b>f</b> ) aprovar a emissão de novas ações de emissão da Companhia em decorrência da Incorporação CZZ, com base na relação de troca negociada, com a consequente alteração do <i>caput</i> do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e ( <b>g</b> ) autorizar os diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários à consumação da Incorporação CZZ, bem como ratificar todos os atos praticados até o momento com o objetivo de implementar a Incorporação CZZ.		
6	Aprovar dos seguintes atos relativos à incorporação da Cosan Log pela Companhia (“ <u>Incorporação Cosan Log</u> ”), em ato posterior à Incorporação CZZ: ( <b>a</b> ) aprovar o “Protocolo e Justificação de Incorporação da Cosan Logística pela Cosan S.A.”, celebrado em 17 de dezembro de 2020 pelas administrações da Companhia e da Cosan Log (“ <u>Protocolo e Justificação de Incorporação Cosan Log</u> ”); ( <b>b</b> ) ratificar a contratação da Apsis Consultoria Empresarial Ltda., para a elaboração do (b.1) laudo de avaliação do patrimônio líquido, a valor contábil, da Cosan Log (“ <u>Laudos de Avaliação Contábil da Cosan Log</u> ”); e (b.2) laudo de avaliação do patrimônio líquido a preços de mercado da Cosan Log (“ <u>Laudos de Avaliação a Preço de Mercado Cosan Log</u> ” e, em conjunto com o Laudo de Avaliação Contábil, “ <u>Laudos de Avaliação Cosan Log</u> ”); ( <b>c</b> ) aprovar os Laudos de Avaliação Cosan Log; ( <b>d</b> ) aprovar a Incorporação Cosan Log; ( <b>e</b> ) aprovar o aumento do capital social a ser subscrito e integralizado pelos administradores da Cosan Log em benefício de seus acionistas, com a alteração do <i>caput</i> do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e ( <b>f</b> ) autorizar os diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários à consumação da Incorporação Cosan Log, bem como ratificar todos os atos praticados até o momento com o objetivo de implementar a Incorporação Cosan Log.	ABSTER-SE REJEITAR APROVAR	0 0 311.959.650
7	Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.	ABSTER-SE REJEITAR APROVAR	1 26.805.987 285.153.662

**ANEXO II À ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COSAN S.A., REALIZADA EM  
22 DE JANEIRO DE 2021.**

**PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA COSAN LIMITED PELA COSAN  
S.A.**

O documento pode ser acessado através do site de RI da Companhia (<https://ri.cosan.com.br/>), através do caminho a seguir: **Governança Corporativa > Reorganização Societária > Proposta da Administração para AGE de 22/01/2021** ou então pelo site da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>): **Categoria – Assembleia > Tipo – AGE > Espécie – Protocolo e Justificação de Incorporação, Fusão ou Cisão.**

**ANEXO III À ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COSAN S.A., REALIZADA EM  
22 DE JANEIRO DE 2021.**

**PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA COSAN LOGÍSTICA S.A. PELA  
COSAN S.A.**

O documento pode ser acessado através do site de RI da Companhia (<https://ri.cosan.com.br/>), através do caminho a seguir: **Governança Corporativa > Reorganização Societária > Proposta da Administração para AGE de 22/01/2021** ou então pelo site da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>): **Categoria – Assembleia > Tipo – AGE > Espécie – Protocolo e Justificação de Incorporação, Fusão ou Cisão.**

**ANEXO IV À ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COSAN S.A., REALIZADA EM  
22 DE JANEIRO DE 2021.**

**ESTATUTO SOCIAL DA  
COSAN S.A.**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO**

**Artigo 1º** - A Cosan S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, regida pelo disposto no presente estatuto social (“Estatuto Social”) e pelas disposições legais aplicáveis.

**Parágrafo 1º** - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado (“Novo Mercado”), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado”).

**Parágrafo 2º** - A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos nos Mercados Organizados administrados pela B3.

**Artigo 2º** - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo abrir, manter e encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação da Diretoria.

**Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social: (i) a importação, exportação, produção e comercialização de açúcar, álcool, cana-de-açúcar e demais derivados de tal produto agrícola; (ii) a distribuição de combustíveis em geral e o comércio de produtos derivados do petróleo; (iii) a exploração de postos de abastecimento e a compra e venda de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo; (iv) os serviços de logística, portuária e de assessoria técnica, administrativa e financeira; (v) o transporte de toda espécie de passageiros e cargas, inclusive navegação interior e de travessia fluvial e lacustre; (vi) a produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes de

cogeração de energia elétrica; (vii) a exploração agrícola e pastoril em terras próprias ou de terceiros; (viii) a importação, exportação, manipulação, comercialização, industrialização, guarda, serviços de carga e descarga de fertilizantes e demais insumos agrícolas; (ix) a administração, por conta própria ou de terceiros, de bens móveis e imóveis, podendo arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral; (x) a prestação de serviços técnicos relativos às atividades antes mencionadas; (xi) a participação no capital social de outras sociedades; e (xii) beneficiamento e comercialização de gases combustíveis.

**Parágrafo Único** - As atividades descritas no objeto social da Companhia podem ser realizadas no País ou no exterior, diretamente ou por meio de suas subsidiárias, ou, ainda, por intermédio de participação no capital social de outras sociedades.

**Artigo 4º** - A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

## **CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** - O capital social da Companhia é de R\$6.365.852.559,62 (seis bilhões, trezentos e sessenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e dois centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 478.517.733 (quatrocentas e setenta e oito milhões, quinhentas e dezessete mil, setecentas e trinta e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo 1º** - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias, e cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Parágrafo 2º** - A Companhia não pode emitir ações preferenciais.

**Parágrafo 3º** - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

**Parágrafo 4º** - Todas as ações de emissão da Companhia serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus respectivos titulares, em instituição depositária autorizada a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados, sendo que a instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela CVM.



**Parágrafo 5º** - Salvo conforme disposto no Parágrafo 6º deste Artigo 5º e no Parágrafo 1º do Artigo 6º abaixo, os acionistas têm direito de preferência, na proporção do número de ações de sua titularidade, na subscrição de novas ações, de debêntures conversíveis e de bônus de subscrição de emissão da Companhia, observado o prazo legal para exercício do direito de preferência.

**Parágrafo 6º** - Os acionistas não têm direito de preferência (i) na conversão em ações de debêntures conversíveis em ações; (ii) na conversão em ações de bônus de subscrição; e (iii) na outorga e no exercício de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia.

**Parágrafo 7º** - O valor de reembolso devido aos acionistas dissidentes que exercerem o direito de retirada nas hipóteses previstas na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) é determinado pela divisão do valor do patrimônio líquido, conforme apurado nas últimas demonstrações financeiras individuais aprovadas pela Assembleia Geral, pelo número total de ações de emissão da Companhia, desconsideradas as ações em tesouraria.

**Artigo 6º** - O capital social da Companhia poderá ser aumentado para até R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, mediante a emissão de novas ações ordinárias ou por meio da capitalização de lucros ou reservas, com ou sem a emissão de novas ações.

**Parágrafo 1º** - O Conselho de Administração tem competência para fixar o número de ações a serem emitidas, para distribuição no País ou no exterior, sob a forma pública ou privada, o preço e o prazo de integralização e as demais condições de emissão, subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado, bem como deliberar sobre o exercício do direito de preferência, observadas as normas legais e estatutárias, em especial o disposto no Artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo 2º** - A Companhia poderá emitir ações ou debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, sem que os acionistas tenham direito de preferência ou com redução do prazo para o exercício do direito de preferência previsto no Artigo 171, Parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que a colocação desses valores mobiliários seja feita mediante (a) venda em bolsa ou por meio de subscrição pública; ou (b) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na lei.

**Parágrafo 3º** - Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano que seja aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá autorizar a Companhia a outorgar opção de compra ou de subscrição de ações de sua emissão aos seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, direto, indireto ou compartilhado, sem direito de preferência para os acionistas e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral.

**Artigo 7º** - Todo acionista, Grupo de Acionistas ou titular de certificados de depósito de ações (ADSs) é obrigado a informar, mediante comunicação à Companhia, caso sua participação direta e/ou indireta, em ações, certificados de depósito de ações (ADSs), direitos sobre as ações, Outros Direitos de Natureza Societária e demais valores mobiliários emitidos pela Companhia ultrapasse os patamares de 2,5% (dois vírgula cinco por cento), 5% (cinco por cento), 7,5% (sete vírgula cinco por cento), 10% (dez por cento) e assim sucessivamente.

**Parágrafo 1º** - A Companhia enviará às bolsas de valores em que forem negociados os valores mobiliários de sua emissão e à CVM, nos termos da legislação aplicável, a informação acima, a partir do atingimento de participação equivalente a 5% (cinco por cento) e as participações subsequentes que vierem a ultrapassar múltiplos de 2,5% (dois e meio por cento) dos valores mobiliários mencionados no caput e no parágrafo segundo abaixo.

**Parágrafo 2º** - Igual dever terão os titulares de debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e opção de compra de ações que assegurem a seus titulares a aquisição de ações nos percentuais previstos neste Artigo 7º.

**Parágrafo 3º** - A infração ao disposto neste Artigo sujeitará o(s) infrator(es) à penalidade de suspensão de direitos de acionista, na forma do disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações.

### **CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS**

**Artigo 8º** - A Assembleia Geral que for convocada e instalada de acordo com a legislação aplicável e as disposições deste Estatuto Social tem poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia e tomar todas as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

**Artigo 9º** - A Assembleia Geral deve reunir-se (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias

previstas no Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia assim exigirem, observadas as previsões estatutárias e legais.

**Artigo 10º** - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por quem ele indicar e, no caso de impedimento, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou na ausência ou impedimento deste, por 02 (dois) conselheiros em conjunto.

**Parágrafo 1º** - A Assembleia Geral também poderá ser convocada pelas pessoas mencionadas no Parágrafo Único do Artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações, nas hipóteses ali mencionadas.

**Parágrafo 2º** - A primeira convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da data marcada para a realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará além do local, data e hora da assembleia e a ordem do dia. Caso a Assembleia Geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

**Artigo 11** - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração (ou por quem este indicar), o qual deverá indicar o secretário da Assembleia Geral. No caso de impedimento do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral deverá ser instalada e presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. Na ausência do Vice-Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral deverá ser instalada e presidida pelo conselheiro que possuir a maior quantidade de mandatos consecutivos, ou na falta desse, por qualquer outro conselheiro ou diretor que vier a ser indicado pela maioria dos votos dos acionistas presentes à Assembleia Geral ou representados por procuração, cabendo ao presidente da Assembleia Geral indicar o secretário.

**Artigo 12** - Para tomar parte e votar na Assembleia Geral, o acionista deve provar a sua qualidade como tal, apresentando, com até 02 (dois) dias úteis de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral, documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária, por original ou cópia enviada por fac-símile. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir as procurações até o mesmo momento e pelo mesmo meio referido neste Artigo. Os originais dos documentos referidos neste Artigo, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral.

**Parágrafo Único** - Os acionistas poderão participar da Assembleia Geral mediante boletim de voto à distância, observado o disposto na regulamentação em vigor.

**Artigo 13** - Sem prejuízo das demais matérias previstas na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social, é da competência da Assembleia Geral: **(i)** eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e, se instalado, do Conselho Fiscal; **(ii)** fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; **(iii)** deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; **(iv)** deliberar sobre a solicitação de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de autofalência pela Companhia; **(v)** deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia; **(vi)** eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; **(vii)** modificar o objeto social e/ou quaisquer alterações deste Estatuto Social; e **(viii)** deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM.

## **CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO**

### **Seção I - Disposições Gerais**

**Artigo 14** - A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria na forma da lei e deste Estatuto Social. Os conselheiros serão eleitos pela Assembleia Geral e os diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 1º** - Os administradores serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura, pelo administrador empossado, de termo de posse lavrado em livro próprio, que deve contemplar sua sujeição a cláusula compromissória referida no Artigo 39 deste Estatuto Social, sendo dispensada qualquer garantia de gestão.

**Parágrafo 2º** - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, que independerá de caução, estará condicionada à adesão à Política para Divulgação de Informações Relevantes e Negociação de Valores Mobiliários adotada pela Companhia, que consolida as regras de divulgação de informações relevantes da Companhia ao público investidor e o uso de tais informações pela própria Companhia, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os administradores deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à B3 a quantidade e as características de valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, incluindo os seus derivativos.

**Parágrafo 3º** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

**Artigo 15** - A fixação da remuneração dos administradores é de competência da Assembleia Geral. Cabe ao Conselho de Administração a alocação da remuneração entre os conselheiros e os diretores.

## **Seção II - Conselho de Administração.**

**Artigo 16** - O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 20 (vinte) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo 1º** - O término do mandato dos membros do Conselho de Administração deverá coincidir com a data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a se realizar após o decurso de 02 (dois) anos da respectiva eleição.

**Parágrafo 2º** - Em cada Assembleia Geral Ordinária que tenha entre a ordem do dia a deliberação sobre a eleição do Conselho de Administração, os acionistas devem deliberar o número de conselheiros efetivos a serem eleitos em tal assembleia para compor o Conselho de Administração no respectivo mandato. O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão nomeados pela Assembleia Geral.

**Parágrafo 3º** - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os elege.

**Parágrafo 4º** - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deverá proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

**Parágrafo 5º** - Os conselheiros deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

**Artigo 17** - No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente, suas funções deverão ser exercidas pelo Vice-Presidente. Na ausência ou impedimento temporário do Vice-Presidente, suas funções deverão ser exercidas pelo conselheiro efetivo indicado pelos demais conselheiros para assumir tais funções. No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer outro conselheiro, suas

funções deverão ser exercidas por outro conselheiro a quem tenha outorgado poderes para tanto, ou, não tendo havido tal outorga, pelo conselheiro efetivo indicado pelos demais conselheiros para assumir tais funções. Em qualquer hipótese em que não houver acordo, o conselheiro que possuir maior quantidade de mandatos consecutivos assumirá a função de Presidente.

**Parágrafo Único** - No caso de vacância de qualquer cargo de conselheiro, o Presidente, ou quem o estiver substituindo, nomeará o substituto, que servirá até a realização da Assembleia Geral, na qual um novo membro deverá ser eleito e cujo mandato deverá vigorar até o fim do mandato unificado dos demais conselheiros. No caso de vacância simultânea dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente, será convocada, pelos conselheiros remanescentes, assembleia geral para eleição de seus substitutos. Para os fins deste Artigo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 03 (três) reuniões consecutivas.

**Artigo 18** - O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, 04 (quatro) vezes por ano, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou por deliberação da maioria dos seus membros ou, ainda, por solicitação da Diretoria. Para ser válida, a convocação deve ser feita com antecedência mínima de 08 (oito) dias, devendo indicar a data, o horário e o local da reunião, sendo que a reunião deverá acontecer na sede social ou em outro local a ser informado no ato da convocação, juntamente com os assuntos da ordem do dia.

**Parágrafo 1º** - É dispensada a convocação se estiverem presentes na reunião todos os conselheiros.

**Parágrafo 2º** - Os conselheiros poderão ser convocados mediante envio de carta com aviso de recebimento, fac-símile ou mensagem eletrônica.

**Artigo 19** - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por quem este indicar e, no caso de impedimento, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração (ou, na ausência deste, por outro membro nomeado pela maioria dos votos dos demais conselheiros). As reuniões serão instaladas com a presença da maioria de seus membros efetivos. Nas reuniões, um conselheiro poderá ser representado por outro conselheiro a quem tenha outorgado poderes para tanto e poderá enviar seu voto por escrito, inclusive por fac-símile.

**Parágrafo Único** - Excepcionalmente, os conselheiros poderão participar das reuniões por conferência telefônica ou vídeo conferência, desde que tal possibilidade tenha sido indicada no anúncio da respectiva

convocação. Neste caso, a ata deverá ser transmitida por correio eletrônico ou na plataforma de comunicação do Conselho de Administração ao conselheiro que assim participar.

**Artigo 20** - Cada conselheiro terá direito a 01 (um) voto nas reuniões do Conselho de Administração, seja pessoalmente ou por representante nomeado, o qual deverá apresentar a procuração específica para a reunião em pauta e o voto escrito do membro do Conselho de Administração ausente, incluindo sua respectiva justificativa. Serão considerados válidos os votos dos membros do Conselho de Administração que tenham sido enviados por escrito, antes da reunião do Conselho de Administração. As deliberações da reunião serão válidas se contarem com o voto favorável da maioria dos conselheiros presentes à reunião. As deliberações deverão ser lavradas em atas e registradas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e, sempre que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos devem ser arquivados no registro do comércio competente e serem publicados.

**Artigo 21** - Compete ao Conselho de Administração: **(i)** eleger e destituir os diretores e fixar suas atribuições, incluindo o Diretor de Relações com Investidores; **(ii)** fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de qualquer de suas Controladas; **(iii)** aprovar os planos de trabalho e orçamentos anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Companhia e de suas Controladas, incluindo aquisições, bem como acompanhar a sua execução; **(iv)** fiscalizar a gestão dos diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia e de suas Controladas, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; **(v)** convocar a Assembleia Geral, nos termos dos Artigos 8º e 10º acima, sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos deste Estatuto Social; **(vi)** manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício; **(vii)** deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado; **(viii)** autorizar a aquisição pela Companhia de ações de emissão da Companhia (a) para manutenção em tesouraria, cancelamento e/ou posterior alienação; ou (b) por doação; **(ix)** autorizar as operações de resgate, reembolso ou amortização de ações de emissão da Companhia previstas em lei; **(x)** autorizar a compra de ações de emissão da Companhia, quando, resolvida a redução do capital mediante restituição, em dinheiro, de parte do valor das ações, o preço destas em bolsa for inferior ou igual à importância que deve ser restituída; **(xi)** deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis ou não em ações (observado o disposto no Artigo 6º, Parágrafo 1º deste Estatuto Social em relação à emissão de debêntures conversíveis em ações), e de notas promissórias para distribuição pública nos termos da legislação aplicável; **(xii)** nomear e destituir os auditores independentes da Companhia; **(xiii)** autorizar a captação de empréstimos ou financiamentos em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), exceto operações de refinanciamento, prorrogação ou

alteração de operações de captação de empréstimos ou financiamentos anteriormente contratadas pela Companhia, cuja competência será da própria Diretoria; **(xiv)** autorizar a alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia ou de qualquer de suas Controladas, em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); **(xv)** autorizar a prestação de garantias reais ou pessoais de qualquer natureza pela Companhia a obrigações de terceiros, de qualquer valor, ficando dispensada a prévia aprovação quando (a) tratar-se de prestação de fiança em contrato de locação para moradia de funcionário ou diretor; e (b) quando o terceiro for empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, hipóteses estas em relação às quais não incide a vedação do Artigo 26 deste Estatuto Social; **(xvi)** autorizar a realização de atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); **(xvii)** fixar as condições gerais e autorizar a celebração de contratos pela Companhia em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); **(xviii)** pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresentar para sua deliberação ou a serem submetidos à Assembleia Geral; **(xix)** deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia e de qualquer de suas Controladas; **(xx)** avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia e suas Controladas que não estejam na esfera de competência privativa da Assembleia Geral; **(xxi)** deliberar sobre qualquer negócio acima R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) entre, de um lado a Companhia (ou qualquer de suas Controladas) e, de outro lado, quaisquer de seus acionistas controladores, diretos ou indiretos; **(xxii)** propor, para deliberação da Assembleia Geral, a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício; **(xxiii)** declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital próprio nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da legislação aplicável, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária; **(xxiv)** escolher a instituição ou empresa especializada de primeira linha para preparação do laudo de valor econômico de que trata o artigo 37, parágrafo 4º, item (i) deste Estatuto Social; **(xxv)** aprovar a contratação de instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais; **(xxvi)** estabelecer remuneração variável aos administradores; **(xxvii)** determinar a contratação ou a designação de executivos para compor ou auxiliar a administração da Companhia; **(xxviii)** manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua emissão; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; **(xxix)** manifestar-se previamente



sobre a forma de exercício do direito de voto da Companhia em assembleias gerais de sociedades em que a Companhia possua participação societária e/ou em Controladas; **(xxx)** nomear, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir membros do Comitê de Auditoria observadas as disposições da regulamentação em vigor; **(xxxi)** fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, bem como fixar o orçamento anual ou por projeto destinados a cobrir as despesas para o funcionamento do Comitê de Auditoria, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos; **(xxxii)** examinar e aprovar o regimento interno, bem como as regras operacionais, em gênero, para funcionamento do Comitê de Auditoria; **(xxxiii)** reunir-se, sempre que julgarem necessário com o Comitê de Auditoria; **(xxxiv)** examinar e avaliar os relatórios anuais do Comitê de Auditoria; **(xxxv)** aprovar e revisar o código de conduta, aplicável a todos os empregados e administradores da Companhia e as políticas da Companhia, incluindo a (a) Política de Transações com Partes Relacionadas; (b) Política de Gerenciamento de Riscos; (c) Política de Negociação de Valores Mobiliários e de Divulgação de Informações; (d) Política de Indicação de membros do Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento e da Diretoria Estatutária; e (e) Política de Remuneração.

### **Seção III – Diretoria**

**Artigo 22** - A Diretoria será composta por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 08 (oito) membros, residentes no Brasil, sendo 01 (um) Diretor Presidente; 01 (um) Diretor Vice-Presidente Jurídico; 01 (um) Diretor Vice-Presidente Financeiro; 01 (um) Diretor de Relações com Investidores; e até 04 (quatro) Diretores Executivos sem designação específica, podendo qualquer diretor cumular mais de um cargo.

**Parágrafo 1º** - O mandato dos diretores será de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo 2º** - Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma deliberar o Conselho de Administração.

**Parágrafo 3º** - No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos diretores, o Conselho de Administração indicará o substituto interino de tal diretor temporariamente ausente.

**Parágrafo 4º** - No caso de vacância de qualquer cargo de diretor, um novo membro deve ser eleito pela próxima reunião do Conselho de Administração, que deve ocorrer em, no máximo, 30 (trinta) dias após tal vacância. Para os fins deste Artigo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

**Artigo 23** - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer dos diretores. A presença da maioria dos diretores constitui quórum para a instalação das reuniões. Cada diretor tem direito a 01 (um) voto nas reuniões. As deliberações da Diretoria serão válidas se contarem com o voto favorável da maioria dos diretores presentes. Caso haja empate, caberá exclusivamente ao Diretor Presidente o voto de qualidade.

**Parágrafo Único** - As atas das reuniões devem ser lavradas no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

**Artigo 24** - A gestão da Companhia caberá à Diretoria, tendo os diretores plenos poderes para gerir os negócios sociais, de acordo com suas atribuições e sujeito às disposições estabelecidas na lei e neste Estatuto Social.

**Parágrafo 1º** - Sem prejuízo ao disposto no *caput* deste Artigo 24, cabe à Diretoria: **(i)** deliberar sobre todas as matérias que não forem de competência privativa da Assembleia Geral ou de competência do Conselho de Administração; **(ii)** admitir e demitir empregados, fixar os níveis de remuneração do pessoal, criar e extinguir cargos; **(iii)** elaborar os planos de investimento e os orçamentos de operação; **(iv)** transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir e alienar bens móveis e imóveis, conceder avais, fianças ou outras garantias, observando o disposto no Artigo 25 abaixo; **(v)** levantar balanços semestrais ou intermediários, quando indicado; **(vi)** elaborar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício; e **(vii)** deliberar sobre a abertura e manutenção de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações da Companhia em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

**Parágrafo 2º** - Compete privativamente ao: **(i) Diretor Presidente:** (a) executar e fazer executar as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; (b) determinar e promover a execução e implementação das políticas, estratégias, orçamentos, projetos de investimentos e demais condições do plano de negócios da Companhia; (c) coordenar as atividades dos demais diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; (d) presidir as reuniões de Diretoria; e (e) manter permanente coordenação da atuação dos demais diretores, traçando as diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das atividades da Companhia; **(ii) Diretor Vice - Presidente Jurídico:** (a) organizar, controlar, coordenar e supervisionar os assuntos e as atividades de caráter jurídico da Companhia, em seus aspectos técnicos, operacionais, institucionais e estratégicos; e (b) organizar, controlar, coordenar e supervisionar a contratação de profissionais externos vinculados à prestação de serviço na área jurídica; **(iii) Diretor Vice-Presidente Financeiro:** (a) planejar, implementar e coordenar a política financeira da Companhia, além de organizar,

elaborar e controlar o orçamento econômico da Companhia; (b) planejar e executar políticas de gestão em sua área de competência; (c) planejar, executar e administrar as operações de fusões e aquisições a serem realizadas pela Companhia, bem como zelar pela regular execução e cumprimento dos contratos oriundos dessas operações; e (d) representar a Companhia, no Brasil ou no exterior, junto a órgãos, instituições financeiras ou empresas envolvidas em operações de fusões e aquisições; **(iv) Diretor de Relação com Investidores:** (a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com o mercado de capitais, representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, bolsas de valores, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; (b) prestar todas as informações exigidas pela legislação e regulamentação do mercado de valores mobiliários; e (c) planejar e executar políticas de gestão em sua área de competência; e **(v) Diretores Executivos:** desempenhar as funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, na consecução do objeto social da Companhia.

**Artigo 25** - A Companhia será representada ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, com observância dos seguintes critérios: **(i)** nas assembleias gerais de acionistas e reuniões de quotistas de sociedades das quais a Companhia seja acionista ou quotista, por 02 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente, mediante prévia autorização do Conselho de Administração, que indicará a forma do voto a ser proferido; **(ii)** nos atos ou operações que criem obrigações para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigações para com a Companhia, (a) por 02 (dois) diretores em conjunto, quando envolverem valor agregado de até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (b) por 02 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente, quando envolverem valor agregado superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); e (c) por 02 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente, mediante prévia autorização do Conselho de Administração, quando envolverem valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); **(iii)** na outorga de procuração, (a) por 02 (dois) diretores em conjunto, quando a procuração não possuir valor ou quando envolver valor agregado de até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (b) por 02 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente, quando a procuração envolver valor agregado acima R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); e (c) por 02 (dois) diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente, mediante prévia autorização do Conselho de Administração, quando a procuração envolver valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); e **(iv)** nos demais atos ou operações, por 02 (dois) diretores em conjunto.

**Parágrafo 1º** - Nos casos indicados nos itens (i), (ii) e (iii) do *caput* deste Artigo 25, o Conselho de Administração pode permitir que qualquer diretor ou procurador constituído na forma deste artigo represente a Companhia em tais atos ou operações.

**Parágrafo 2º** - Exceto as procurações para fins judiciais, as demais procurações outorgadas pela Companhia devem conter poderes específicos e prazo de vigência determinado, entendendo-se como tal as procurações cuja vigência tem seu término expressamente vinculado à prática do ato ou operação para as quais são especificamente outorgadas.

**Parágrafo 3º** - As procurações para fins judiciais, salvo revogação expressa, são outorgadas pela Companhia pelo tempo de duração dos processos.

**Artigo 26** - São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes em relação à Companhia, os atos praticados por conselheiros, diretores, procuradores ou funcionários, em negócios estranhos ao objeto social, neles incluídos a prestação de fiança, aval, endosso ou quaisquer garantias não relacionadas ao objeto social ou contrários ao disposto neste Estatuto Social.

## **CAPÍTULO V – ÓRGÃOS AUXILIARES DA ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 27** - A Companhia terá dois comitês estatutários, sendo estes o comitê de auditoria (“Comitê de Auditoria”) e o comitê de pessoas (“Comitê de Pessoas”), que são órgãos de assessoramento e reporte direto ao Conselho de Administração, com as atribuições e encargos estabelecidos na regulamentação em vigor e nos seus regimentos internos.

**Parágrafo 1º** - O Conselho de Administração poderá criar comitês adicionais para o assessoramento da administração da Companhia, com objetivos restritos e específicos e com prazo de duração determinado, designando os seus respectivos membros.

**Parágrafo 2º** - Serão aplicáveis aos membros do Comitê de Auditoria, do Comitê de Pessoas e dos demais comitês que venham a ser criados pelo Conselho de Administração para o assessoramento da administração da Companhia, as mesmas obrigações e vedações impostas por lei, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.

**Artigo 28** – O Comitê de Auditoria exerce suas funções em conformidade com as disposições deste Estatuto Social, de seu regimento interno, e com as regulamentações da CVM e B3 aplicáveis, e suas deliberações são meramente opinativas, não vinculando àquelas do Conselho de Administração.

**Artigo 29** - O Comitê de Auditoria será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, em sua maioria independentes, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, renovável a critério do Conselho de Administração, respeitados os limites previstos em lei ou em regulamentação aplicável.

**Parágrafo 1º** - A composição do Comitê de Auditoria deve observar o seguinte:

- (i) ao menos 1 (um) membro deve ser conselheiro independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;
- (ii) ao menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária;
- (iii) é vedada a participação, como membros do Comitê de Auditoria, dos diretores da Companhia, de suas Controladas, de seus controladores, de coligadas ou sociedades sob controle comum; e
- (iv) o mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características previstas no Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo 2º** - O Comitê de Auditoria terá um coordenador cujas atividades serão definidas no regimento interno do Comitê de Auditoria, conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 3º** - São atribuições do Comitê de Auditoria, além daquelas previstas na regulamentação em vigor e em seu regimento interno: **(i)** opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; **(ii)** supervisionar as atividades: **(ii.1.)** dos auditores independentes, a fim de avaliar: **(ii.1.1.)** a sua independência; **(ii.1.2.)** a qualidade dos serviços prestados; e **(ii.1.3.)** a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; **(ii.2.)** da área de controles internos da Companhia; **(ii.3.)** da área de auditoria interna da Companhia; e **(ii.4.)** da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; **(iii)** monitorar a qualidade e integridade: **(iii.1.)** dos mecanismos de controles internos; **(iii.2.)** das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e **(iii.3.)** das informações e

medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; **(iv)** avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: **(iv.1.)** a remuneração da administração; **(iv.2.)** a utilização de ativos da Companhia; e **(iv.3.)** as despesas incorridas em nome da Companhia; **(v)** avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; **(vi)** elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: **(vi.1.)** suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e **(vi.2.)** quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; **(vii)** avaliar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo política de transações entre partes relacionadas; e **(viii)** possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da confidencialidade da informação.

**Artigo 30** - O Comitê de Pessoas será composto por 3 (três) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração e escolhidos entre os integrantes do Conselho de Administração, todos com mandato de 2 (dois) anos.

**Parágrafo Único** - O Comitê de Pessoas é responsável pela alocação do montante destinado como verba global aos administradores, definido pela assembleia geral, entre os membros de cada órgão e sua divisão conforme a natureza dos benefícios e em conformidade com as disposições deste Estatuto Social e de seu regimento interno.

## **CAPÍTULO VI - CONSELHO FISCAL**

**Artigo 31** - O Conselho Fiscal da Companhia, com as atribuições e poderes estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, dentre pessoas residentes no País, desde que preencham os requisitos legais para o cargo.

**Parágrafo 1º** - O Conselho Fiscal funciona de maneira não permanente, instalando-se, apenas, quando assim decidir a Assembleia Geral, obedecidas sempre as disposições previstas em lei e no presente Estatuto Social.

**Parágrafo 2º** – A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, estará condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar a sua sujeição à Cláusula compromissória referida no Artigo 39 deste Estatuto Social, bem como a adesão à Política para Divulgação de Informações Relevantes e Negociação de Valores Mobiliários adotada pela Companhia, que consolida as regras de divulgação de informações relevantes da Companhia ao público investidor e o uso de tais informações pela própria Companhia, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

## **CAPÍTULO VII - EXERCÍCIO SOCIAL, DISTRIBUIÇÕES E RESERVAS**

**Artigo 32** - O exercício social da Companhia se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, serão levantadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral.

**Parágrafo Único** – Fará parte das demonstrações financeiras do exercício, proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 33** - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: **(i)** 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão alocados para a reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; **(ii)** a parcela correspondente à constituição da reserva para contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; **(iii)** parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório; e **(iv)** a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva Especial”, que terá por fim reforçar o capital de giro e financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas Controladas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas

a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia.

**Parágrafo 1º** - O saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens deste Artigo, terá a destinação a ser determinada pela Assembleia Geral de acionistas, com base na proposta da administração, conforme o disposto nos Artigos 176, Parágrafo 3º, e 196 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as disposições contidas no Artigo 134, Parágrafo 4º, da referida Lei. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas.

**Parágrafo 2º** - No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos deste Estatuto Social, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral pode, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Os valores registrados na reserva de lucros a realizar, se não forem absorvidos por prejuízos supervenientes, somente podem ser utilizados para o pagamento do dividendo obrigatório.

**Artigo 34** - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório de que trata o Artigo 33 acima, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos.

**Artigo 35** - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Artigo 33 acima.

**Parágrafo 1º** - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode, até os limites legais, declarar dividendos à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo 2º** - Os dividendos não reclamados por qualquer acionista no prazo de 03 (três) anos da data da deliberação de sua distribuição reverterão em favor da Companhia, sendo que não incidirão juros sobre tal montante.

## **CAPÍTULO VIII - OPERAÇÕES COM AÇÕES DE EMISSÃO DA COMPANHIA**



## **Seção I – Alienação do Controle Acionário**

**Artigo 36** - A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

## **Seção II – Oferta Pública em caso de Aquisição de Participação Relevante**

**Artigo 37** - Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que atingir, de forma direta ou indireta, a titularidade de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária, igual ou superior a 10% (dez por cento), até 31 de janeiro de 2028, e 15% (quinze por cento) a partir de 1 de fevereiro de 2028, do capital social (“Participação Relevante”), excluídas para os fins deste cômputo as ações em tesouraria, tanto por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações, inclusive através de incorporação ou incorporação de ações da Companhia (“Novo Acionista Relevante”), deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis em ações de titularidade dos demais acionistas da Companhia, nos termos deste artigo (“OPA por Atingimento de Participação Relevante”).

**Parágrafo 1º** - Para fins de verificação do atingimento, de forma indireta, de Participação Relevante, deverá ser computada a titularidade de todas as ações com direito a voto ou Outros Direitos de Natureza Societária detidos por todo e qualquer acionista controlador ou Grupo de Acionistas controlador, direta ou indiretamente, até o beneficiário final pessoa natural do Novo Acionista Relevante.

**Parágrafo 2º** - A OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 4º deste artigo e liquidada à vista, em moeda corrente nacional; e (iv) instruída com o laudo de avaliação da Companhia, elaborado de acordo com os critérios elencados nas regras da CVM específicas sobre ofertas públicas de aquisição de ações, observando-se os critérios estabelecidos no Parágrafo 4º deste artigo para fixação do preço mínimo da oferta.

**Parágrafo 3º** - Sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas na regulamentação aplicável, imediatamente após adquirir ou tornar-se titular de ações de emissão da Companhia ou Outros Direitos de Natureza Societária em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) ou e 15% (quinze por cento),

do capital social, conforme o caso na época, de forma direta ou indireta, o Novo Acionista Relevante deverá encaminhar uma comunicação ao Diretor de Relações com Investidores contendo: (a) as informações previstas no artigo 12 da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e nos itens “i” até “m” do inciso I do Anexo II à Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002; (b) informação sobre quaisquer Outros Direitos de Natureza Societária que possua; (c) a informação sobre a obrigação de efetivar a OPA por Atingimento de Participação Relevante; (d) a informação do maior preço pago pelo Novo Acionista Relevante nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederem o atingimento da Participação Relevante, ajustado por eventos societários ocorridos após a data da transação, tais como grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, acompanhada de demonstração justificada desse preço; e (e) a informação do preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante que o Novo Acionista Relevante se propõe a pagar, observado o Parágrafo 4º deste artigo (“Preço OPA”).

**Parágrafo 4º** - O Preço OPA não poderá ser inferior ao resultado obtido de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

Preço OPA = Valor da Ação + Prêmio, onde:

“PREÇO OPA” corresponde ao preço de aquisição de cada ação de emissão da Companhia na OPA por Atingimento de Participação Relevante.

“VALOR DA AÇÃO” corresponde ao maior valor entre:

- (i) o valor econômico por ação apurado em laudo de avaliação (“Laudo de Valor Econômico”), elaborado por instituição financeira a ser determinada pelo Conselho de Administração da Companhia, com base nas 10 (dez) primeiras instituições de ranking de fusões e aquisições no Brasil por valor das operações no ano anterior, com base em publicação especializada reconhecida no mercado. Os custos de elaboração do Laudo de Valor Econômico deverão ser suportados integralmente pelo Novo Acionista Relevante. O Laudo de Valor Econômico deverá levar em conta o valor econômico das controladas, investidas e demais participações societárias detidas pela Companhia;
- (ii) cotação unitária mais alta atingida pelas ações de emissão da Companhia durante o período de 24 (vinte e quatro) meses anterior à realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante dentre os valores registrados em qualquer bolsa de valores na qual as referidas ações forem negociadas; e

- (iii) o preço mais alto pago pelo Novo Acionista Relevante, durante o período de 24 (vinte e quatro) meses anteriores à realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante, por uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia.

“PRÊMIO” corresponde a 50% (cinquenta por cento) do Valor da Ação.

**Parágrafo 5º** - Para os fins do disposto no § 4º acima, no caso de ações representadas por certificados de depósito (inclusive de ações inseridas em programas de *Depositary Receipts*), a cotação unitária da ação será determinada pela divisão: (i) da cotação do referido certificado de depósito, no mercado em que seja negociado pelo (ii) número de ações representadas pelo certificado.

**Parágrafo 6º** - Os cálculos referidos no parágrafo anterior deverão ser efetuados com 5 (cinco) casas decimais, devendo o preço final da ação ser expresso com 2 (duas) casas decimais, observando-se a seguinte regra de arredondamento: (i) será feito da última casa decimal para a anterior; (ii) havendo um número de casas decimais maior do que 5 (cinco), o arredondamento será feito da 5ª (quinta) casa decimal para a anterior; (iii) será excluído o algarismo da última casa decimal ou da 5ª (quinta) casa decimal (conforme o caso), se igual ou menor do que 5 (cinco) (inclusive o zero); e (iv) caso o algarismo da última casa decimal ou da 5ª (quinta) casa decimal (conforme o caso), for maior do que 5 (cinco), será aumentado em uma unidade o algarismo da casa decimal anterior.

**Parágrafo 7º** – Na hipótese de o Novo Acionista Relevante não cumprir as obrigações impostas por este Estatuto Social, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos para efetivar a OPA por Atingimento de Participação Relevante, o Novo Acionista Relevante que não cumpriu qualquer obrigação imposta por este artigo, terá seus direitos suspensos, nos termos do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, cessando a suspensão tão logo cumprida a obrigação.

**Parágrafo 8º** - Se a OPA por Atingimento de Participação Relevante não estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá publicar o edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de apresentação, pela instituição ou empresa especializada, do laudo de avaliação, o qual deverá ser preparado em 30 (trinta) dias contados a partir da data em que houver o atingimento da Participação Relevante.

**Parágrafo 9º** - Se a OPA por Atingimento de Participação Relevante estiver legalmente sujeita a registro na CVM, o Novo Acionista Relevante deverá solicitar o seu registro no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de apresentação, pela instituição ou empresa especializada, do laudo de avaliação que

deverá ser preparado em 30 (trinta) dias contados a partir da data em que houver o atingimento da Participação Relevante, e estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à OPA por Atingimento de Participação Relevante, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável. A publicação do edital da OPA por Atingimento de Participação Relevante deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de registro da OPA pela CVM, se for o caso.

**Parágrafo 10º** - A exigência da OPA por Atingimento de Participação Relevante não se aplica ao acionista ou Grupo de Acionistas que atinja a Participação Relevante:

I. por meio de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, desde que tenha sido pago preço no mínimo equivalente ao Preço da OPA;

II. por subscrição de ações realizada em oferta primária, em razão de o montante não ter sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública, desde que o preço de emissão calculado nos termos da legislação aplicável seja igual ou superior ao Preço da OPA;

III. em decorrência de reorganização societária dentro de um mesmo grupo econômico, incluindo, sem limitação, a cessão e/ou transferência de ações de emissão da Companhia entre empresas controladoras e controladas ou sociedades sob controle comum;

IV. em decorrência de: (i) adiantamento de legítima, doação ou sucessão hereditária, desde que para descendente ou cônjuge de acionista ou Grupo de Acionistas detentor de Participação Relevante; ou (ii) transferência para *trust* ou qualquer outra entidade, tendo por beneficiário, direta ou indiretamente, o próprio acionista ou Grupo de Acionistas detentor de Participação Relevante, seus descendentes ou seu cônjuge; e

V - em decorrência do cancelamento ou resgate de ações.

**Parágrafo 11º** - A efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim desde que aprovado por 60% dos membros do Conselho de Administração da Companhia, observadas as seguintes regras:

I. a Assembleia Geral, se instalada na primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social votante e 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação da Companhia e, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas;

II. a dispensa de efetivação da OPA por Atingimento de Participação Relevante será considerada aprovada com o voto da maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes naquela Assembleia Geral, seja em primeira ou segunda convocação; e

III. o Novo Acionista Relevante, bem como os demais acionistas que, porventura, com ele tenham acordo para alienação de participação, não poderão votar, e suas respectivas ações não serão computadas no quórum de deliberação.

**Parágrafo 12º** - A efetivação da OPA por Participação Relevante não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

**Parágrafo 13º** - O disposto neste artigo não se aplica (i) aos acionistas (e seus respectivos sucessores) que sejam titulares, direta ou indiretamente, em 22 de janeiro de 2021, de participação igual ou maior do que a Participação Relevante (“Acionistas Exceções”), (ii) àqueles acionistas que formarem Grupo de Acionistas com os Acionistas Exceções, enquanto estiverem formando Grupo de Acionistas, bem como (iii) a acionistas detentores de participação igual ou maior do que a Participação Relevante por meio de acordos de acionistas, desde que tais acordos estejam arquivados na sede da Companhia em 22 de janeiro de 2021.

**Parágrafo 14º** - Para fins deste Estatuto Social, os seguintes termos iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“**Grupo de Acionistas**” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; ou (iv) agindo em conjunto; ou (v) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (vi) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social da outra pessoa; e (vii) 2 (duas) ou mais pessoas que tenham um investidor em comum que seja

titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital de cada uma das 2 (duas) ou mais pessoas em questão. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, trusts, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que 2 (duas) ou mais entre tais entidades: (viii) forem administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (ix) tenham em comum a maioria de seus administradores, gestores ou comitês de investimento (que orientem as decisões tomadas pelos gestores e/ou administradores), sendo certo que no caso de fundos de investimentos com administrador, gestores ou comitês de investimento (que orientem as decisões tomadas pelos gestores e/ou administradores) em comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador (que oriente as decisões tomadas pelos gestores e/ou administradores), em caráter discricionário;

“**Outros Direitos de Natureza Societária**” significa (i) usufruto sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) quaisquer opções ou direitos de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; (iii) quaisquer derivativos referenciados em ações de emissão da Companhia que prevejam a possibilidade de liquidação não exclusivamente financeira; ou (iv) quaisquer outros direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia. Observa-se que (a) as ações diretamente detidas e aquelas referenciadas por instrumentos financeiros derivativos de liquidação física serão consideradas em conjunto para fins da verificação do percentual referido no caput deste artigo e (b) a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos que confirmam exposição econômica às ações não pode ser compensada com a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos que produzam efeitos econômicos inversos.

## **CAPÍTULO IX – DA LIQUIDACÃO**

**Artigo 38** - A Companhia não pode dissolver-se ou entrar em liquidação, salvo nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger, além do(s) liquidante(s), os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração.

## **CAPÍTULO X – ARBITRAGEM**

**Artigo 39** - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, na Lei 6.385/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

#### **CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 40** - Os termos definidos neste Estatuto Social que não tiverem seu significado expressamente definido neste documento ou na Lei das Sociedades por Ações terão o significado que lhes é atribuído no Regulamento do Novo Mercado.

#### **CAPÍTULO XII – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Artigo 41** – Para atender ao disposto no Parecer de Orientação CVM nº 35, de 1º de setembro de 2008 (“Parecer de Orientação”), a Companhia contará, em caráter provisório, com um Comitê Especial Independente constituído, única e exclusivamente, para analisar as condições da operação societária que consiste na incorporação de Cosan Logística S.A. e da sua controladora Cosan Limited pela Companhia, no âmbito da proposta de reorganização societária para simplificação da estrutura do grupo econômico da Companhia, e submeter suas recomendações ao Conselho de Administração, observadas as orientações previstas no referido Parecer de Orientação.

**Parágrafo 1º** - O Comitê Especial Independente possuirá os seguintes poderes e atribuições: (a) analisar os laudos, relatórios e/ou pareceres, conforme aplicável, de avaliação e todo o material a ser preparado para a implementação da proposta de reorganização societária para simplificação da estrutura do grupo econômico da Companhia; (b) negociar a relação de troca de Cosan Logística S.A. e da sua controladora Cosan Limited pela Companhia, bem como os demais termos e condições da proposta de reorganização societária para simplificação da estrutura do grupo econômico da Companhia; e (c) submeter sua recomendação ao Conselho de Administração da Companhia, a fim de cumprir com o Parecer de

Orientação, de modo a contribuir para a defesa dos interesses da Companhia e zelar para que a operação pretendida observe condições comutativas para seus acionistas.

**Parágrafo 2º** - O Comitê Especial Independente será formado por 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, todos independentes e não administradores da Companhia, os quais deverão ter notória experiência e capacidade técnica e estarão sujeitos aos mesmos deveres e responsabilidades legais dos administradores, nos termos do artigo 160 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo 3º** - Será presumida a independência dos membros do Comitê Especial Independente àqueles que atendam à definição de “conselheiro independente” prevista no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3.

**Parágrafo 4º** - O Comitê Especial Independente não terá funções executivas ou caráter deliberativo e seus pareceres, propostas ou recomendações serão encaminhadas ao Conselho de Administração para deliberação.

**Parágrafo 5º** - Caberá ao Conselho de Administração fixar a remuneração dos membros integrantes do Comitê Especial Independente.

\* \* \*



**ANEXO V À ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COSAN S.A., REALIZADA EM  
22 DE JANEIRO DE 2021.**

**“DEED OF MERGER”, CELEBRADO ENTRE AS ADMINISTRAÇÕES DA COSAN LIMITED  
E DA COSAN S.A.**

O documento pode ser acessado através do site de RI da Companhia (<https://ri.cosan.com.br/>), através do caminho a seguir: **Governança Corporativa > Reorganização Societária > Proposta da Administração para AGE de 22/01/2021** ou então pelo site da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>): **Categoria – Assembleia > Tipo – AGE > Espécie – Proposta da Administração.**

**ANEXO VI À ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COSAN S.A., REALIZADA EM  
22 DE JANEIRO DE 2021.**

**TRADUÇÃO DO “*DEED OF MERGER*”, CELEBRADO ENTRE AS ADMINISTRAÇÕES DA  
COSAN LIMITED E DA COSAN S.A.**

O documento pode ser acessado através do site de RI da Companhia (<https://ri.cosan.com.br/>), através do caminho a seguir: **Governança Corporativa > Reorganização Societária > Proposta da Administração para AGE de 22/01/2021** ou então pelo site da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>): **Categoria – Assembleia > Tipo – AGE > Espécie – Proposta da Administração.**